

Ensaio em
Ciências Ambientais

CONSELHO EDITORIAL

Bertha K. Becker (*in memoriam*)

Candido Mendes

Cristovam Buarque

Ignacy Sachs

Jurandir Freire Costa

Ladislau Dowbor

Pierre Salama

Sandro Dutra e Silva
Doris Sayago
Fabiano Toni
Francisco Itami Campos
(Organizadores)

Ensaio em
Ciências Ambientais
Crises, riscos e racionalidades

Garamond

Copyright © dos autores

Direitos cedidos para esta edição à
Editora Garamond Ltda.
Rua Cândido de Oliveira, 43
CEP 20261-115 – Rio de Janeiro – Brasil
Telefax: (21) 2504-9211
e-mail: editora@garamond.com.br
website: www.garamond.com.br

Revisão Alberto Almeida

Projeto gráfico e capa Estúdio Garamond
sobre ilustração de Raubher Borba

Com apoio da
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG
Rua Dona Maria Joana (travessa da Av. 83), nº 150, Qd. f-14, Lote Área,
Setor Sul, Goiânia – GO – CEP 74.083-140
www.fapeg.go.gov.br

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

E868

Ensaio em ciências ambientais: crises riscos e racionalidades / organização Sandro
Dutra e Silva ... [et al.]. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Garamond, 2016.
316 p. ; 23 cm.
ISBN 9788576174431

1. Meio ambiente. 2. Preservação ambiental. I. Dutra e Silva, Sandro; Sayago,
Doris; Toni, Fabiano; Campos, Francisco Itami.

16-37152

CDD: 577
CDU: 502.1

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada desta publicação,
por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Sumário

<i>Prefácio</i>	7
<i>Apresentação</i>	13
Parte I. Interdisciplinaridade, governança e saber ambiental	
Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes	21
<i>Enrique Leff</i>	
Interdisciplinaridade nas Ciências ambientais no Brasil.....	29
<i>Arlindo Philippi Jr., Valdir Fernandes, Carlos A. C. Sampaio, Maria do Carmo Sobral</i>	
Fluxos Globais de Modelos de Desenvolvimento.....	49
<i>Gustavo Lins Ribeiro</i>	
Governança Ambiental	77
<i>Maria Carmen Lemos e Arun Agrawal</i>	
Uma Teoria do Acesso.....	117
<i>Jesse C. Ribot, Nancy Lee Peluso</i>	
A natureza da problemática socioambiental	153
<i>Valdir Fernandes, Carlos Alberto Cioce Sampaio</i>	
Parte II. A História em meio à crise ambiental e a proteção da natureza	
De Objeto a Oikeios: Geração do Meio Ambiente na Ecologia Mundial Capitalista.....	167
<i>Jason W. Moore</i>	
Os fundamentos históricos da conservação florestal no Brasil	185
<i>José Augusto Pádua</i>	

Espaço, história e ambiente: Entendendo o desmatamento através do SIG histórico, Minas Gerais 1750-1840	217
<i>Frederico Santos Soares de Freitas</i>	
A crise ambiental e as tarefas da história na América Latina	249
<i>Guillermo Castro Herrera</i>	
Patrimônio cultural e natural, direitos humanos e direitos da natureza.....	275
<i>José Luiz de Andrade Franco</i>	
Sobre os autores	309

Prefácio

Homenagem a Clio e a Santa Rosália História, Épicos e Evolução¹

Our people may not be interested in talking seriously about the future, yet. But the future will be interested in talking to them.

Lênin

Tomei Clio e Santa Rosália como minhas musas porque penso que essas personagens têm uma ressonância fundamental neste momento. Clio, evidentemente, é conhecida como a Musa da História e da Poesia Épica. Considerando que na Antiguidade e nas culturas não ocidentais os épicos eram recitados como canções, numa narrativa em que a história de seus mundos aliava música e poesia, Clio era frequentemente retratada com um alaúde. Ao me referir a isto, penso especificamente nas narrativas épicas e retóricas recitadas pelos mestres dos Kayapós, dentre os vários outros grupos indígenas da Amazônia. Em adição às palavras – a palavra que comunica história – penso na inscrição profunda em formas de relevo, ecologias históricas, usos da terra e paisagens, não apenas derivados dos atos de gerações vivas, ou mesmo de seres humanos, mas também dos animais e seres sobrenaturais, que também têm a sua relevância.

Os eventos sociais passados são materializados pelas estruturas e pelos locais visitados em roteiros, incursões e combates: origens, ações, triunfos e fracassos. O épico é inscrito tanto na terra quanto na música. Em outro registro, os afro-colombianos da costa do Pacífico, com as suas *epistemes* aquáticas, vivem mundos que têm traços muito diferentes daqueles que nós ocidentais compartilhamos. E suas paisagens fluidas são amplamente indecifráveis para nós. O mapeamento da poética sinuosa da invocação de verso, tanto dos modelos líricos quanto das transcrições tradicionais de novas formas de resistência, compõe a poderosa matriz cultural que prevaleceu nessa região de refúgio durante séculos.² Suas histórias foram forjadas a partir de um passado

1 Tradução de Sandro Dutra e Silva

2 U. Oslander, 2016. *Geographies of Social Movements*, Durham, Duke University Press.

nobre, como muitas outras na América Latina: refúgios desesperados, políticas encobertas, guerras de resultado duvidoso, redutos interculturais complexos e longas migrações. Também é útil refletir que essas culturas estiveram em contato com as economias de *commodities* globais, de forma política por meio de relações interculturais durante séculos. Considerar que elas residem nas periferias – o Chaco colombiano, a Amazônia – não diminui a realidade na qual se inserem na política contemporânea; elas moldaram no passado as suas configurações políticas, e suas paisagens foram forjadas pela globalização do passado e do presente – escravos, ouro, madeiras preciosas e, claro, a terra – o lugar – em si. Um rápido olhar sobre as constituições do Brasil e da Colômbia, países que acabo de descrever, invocam direitos históricos e autonomias para áreas onde não só os modos de vida e as economias locais são perseguidos, mas, talvez mais profundamente, onde diferentes *epistemes* são permitidas sob a égide de territórios significativos. O meio de reivindicá-los é através dos dados históricos e das informações da paisagem. O meu ponto aqui é não embarcar em alguma história romântica sobre a natureza pós-cultural e a harmonia indígena, que neste momento parece ser um tema em voga.³ De forma geral, esse anseio romântico ocupa uma vaga permanente nos discursos e nas iconografias amazônicas, bem como na política e nos usos políticos dos povos tradicionais. Penso que o melhor é apontar a questão central das diferentes *epistemes*, sobretudo no que se refere às questões ambientais.

A tarefa do conhecimento e das humanidades ambientais, como a maioria dos autores desta coletânea aponta, é, na verdade, uma tarefa epistemológica. Ela está relacionada com a forma como nos posicionamos e pensamos a natureza, tanto como uma histórica social quanto como construção científica e participante da preparação dos próximos mundos em que devemos viver. A “natureza” e o planeta não são substratos. As mudanças epistemológicas e os mitos que elas carregam têm grande influência sobre os fatos sociais e os contextos políticos do futuro. Essa “natureza” sempre estruturou vidas de maneira complexa – assim como transformou a situação humana no desenrolar da vida cotidiana, hoje de forma mais aguda e com mais relevância – nas catástrofes periódicas, como as da erupção do Monte Tambora, os constantes El Niño e o mundo dos furacões.⁴ Esta é uma observação banal, mas que precisa funcionar como ponto de partida para a evolução criativa, qualquer que seja a nossa próxima fase. Grande parte da primeira seção desta coletânea aborda questões diretamente epistemológicas, por meio das formas de pensamento sobre a natureza, os

3 E. Kohn, 2014. *How Forests Think*. Durham, Duke University Press; Descola, 2013. *Beyond Nature and Culture*. Chicago, Chicago University Press.

4 D. Wood, 2014. *Tambour*. Princeton, Princeton University Press.

pensamentos socioambientais e seus significados na política e nas instituições de desenvolvimento, não de forma exclusivamente utilitária, mas, ao mesmo tempo, não apenas simbólicas. Embora amplamente enquadradas na linguagem de desenvolvimento analítico, a questão mais profunda diz respeito às novas maneiras de pensar a natureza e as interações mais justas que podem sustentar as sociedades que gostaríamos de imaginar para o futuro.

Deixem-me voltar a Clio por um momento. A natureza das narrativas épicas – como os leitores da *Ilíada* e da *Odisseia*, dos *Lusíadas*, do *Popol Vuh* e de sagas islandesas, entre outras que conhecemos – não é triunfante: os épicos envolvem vencedores e perdedores; suas narrativas não são histórias de justiça, mas enredos marcados pelo capricho e também, inutilmente, por nobres histórias de coragem. Os eventos de grande impacto podem ser desencadeados por objetivos dignos ou até mesmo estúpidos, mesmo quando não são mascarados como fatos de grande relevância. O significativo é a maneira complexa como eles se desenrolam, desviando-se das aparências relacionais simples ou causais.

Também é importante notar que os épicos são histórias de escala e de interconexões. Não são mitos locais. São um mecanismo de comunicar maneiras diferentes de ser em lugares novos, e isto nem sempre funciona bem com todas as pessoas. E a escala, como a do Mediterrâneo, segundo Braudel descreveu, foi a escala da história. E por vezes na história (e na evolução), tal como nas corridas de cavalos, é preferível ser sortudo que ser bom. O fluxo da história é competente na produção de mosaicos e, juntamente com Santa Rosália, na produção de lugares e territórios. Ambos honram a evolução.

Isto nos leva a outra musa da história, Santa Rosália, que foi uma desconhecida santa siciliana “beatificada” como padroeira da biologia evolutiva pelo grande ambientalista e o “pai” da ecologia moderna americana, E.G. Hutchinson (biodiversidade e ecologia foram termos incorporados posteriormente), na ocasião da sua posse como presidente da American Ecological Society. O texto inaugural de Hutchinson, *Homage to Sta. Rosalia or why are there so many animals*,⁵ tirou Rosália da obscuridade, da versão provinciana de moradora reclusa das cavernas cujas relíquias eram conhecidas como “vencedoras das pestes”, e a transformou numa espécie de deusa da biodiversidade. Hutchinson, observando a infinidade de insetos aquáticos em uma lagoa próxima à caverna em que Rosália habitava, e inspirado por sua diversidade e complexidade, ponderou sobre as razões da existência desse ecossistema. A reinvenção de Rosália foi útil naquele momento, uma vez que ela – na verdade,

5 G. E. Hutchinson, 1959. Homage to Santa Rosalia or why are there so many kinds of animals? *The American naturalist*, Vol. XCIII, No. 870, May-June, PP. 145-159.

Hutchinson – suscitava questões relativas à história biológica, à transformação e à evolução, profundamente engajadas com as maneiras como são produzidas a diversidade e, mais especialmente, as ecologias – as inter-relações – de vida. Ele passou a explorar a dinâmica da complexidade e inicialmente foi um analista do que viria a ser chamado de “teoria dos sistemas ecológicos”. Foi também um profeta presciente das mudanças climáticas (Slobodkin). Hutchinson teve como foco as interações dos organismos com o universo não vivo, assim como o mundo biótico, mediadas entre si e refletidas em processos e resultados da mudança que hoje denominamos evolução.

O seu trabalho dedicado a Santa Rosália é uma meditação sobre os motores de vida, as condições de diversidade e as razões pelas quais ele acreditava que as forças que geram a diversidade e a complexidade apoiam uma espécie de estabilidade microdinâmica, o que podemos agora chamar de resiliência em face das fortes pressões evolucionárias e ecológicas que se manifestavam numa pequena lagoa, em uma ilha muito pequena, ao pé de uma caverna, quando Hutchinson tinha vinte e um anos de idade. Nem Clio nem Rosália estão produzindo narrativas sobre a ideia de progresso, mas sim sobre questões de mundos-mosaicos transformados por ações de muitos agentes cujos protagonistas são a “natureza” e o “tempo”. Para Clio e Rosália, natureza e tempo são íntimos, e de fato são profundas as identidades refletidas de ambos. Tudo, o ambiente, a história, a política e as pessoas, são agentes da mudança e neles residem as questões do acaso e os assaltos da vida cotidiana: as tempestades que impulsionam os barcos de Ulisses, a tempestade que sopra para fora do Paraíso – o progresso –, os pinos nas asas do Anjo da Desolação de Walter Benjamin, o problema da paixão de Páris pelas mulheres e o desencadear da guerra de Tróia,⁶ um asteroide, um vulcão explodindo, a combustão diária de carbono que matou há milhões de anos e agora mata as geleiras e aumenta o calor atmosférico, atingindo talvez em torno de 30% das espécies do planeta.⁷

Ambas, Clio e Rosália, nos contam que o passado é importante: que elas montaram os “antecedentes”, como diriam os estatísticos bayesianos, a abordagem fundamental que modela as possibilidades e as probabilidades nos e dos cenários. Muitas das contribuições neste volume formam elementos de uma ecologia política

6 O evento mencionado refere-se à narrativa épica em que, durante a cerimônia de casamento entre os deuses Tétis e Peleu, Éris (a deusa da Discórdia), que não havia sido convidada, compareceu à festa trazendo uma maçã de ouro inscrita “à mais bela”. Páris foi indicado por Zeus a fazer a escolha da mais bela. Hera, Diana e Venus fizeram promessas a Páris, caso fossem as escolhidas. Venus lhe prometeu que, caso fosse a escolhida Paris conheceria o amor e se casaria a mulher mais bela, que era Helena, a filha de Zeus com Leda e a esposa de Menelaus. A escolha de Páris desencadeou a guerra de Tróia, segundo a narrativa épica. (Nota do tradutor)

7 WWF, 2012.

emergente, uma disciplina que cada vez mais vai tomando suas inspirações nas forças germinadas por Clio e Rosália e que moldam os contornos de cada um dos outros reinos. Os autores deste volume, inconscientemente, mesmo confrontando muitas outras novas modalidades, homenageiam Clio, Rosália e aquilo que poderia ser chamado em nossa arqueologia do futuro de marco da geologia. Não o Antropoceno, mas as ecologias da história.

Susanna Hecht

Graduate Institute of International
Development, Genebra, Suíça
Luskin School of Public Affairs and Institute
of the Environment and Sustainability
University of California,
Los Angeles, Estados Unidos

Apresentação

Esta coletânea reúne um conjunto de trabalhos que trata das relações entre homem e meio ambiente a partir da perspectiva de diferentes áreas do conhecimento. Os trabalhos aqui apresentados, bem como a trajetória acadêmica de cada um dos autores convidados, são uma amostra de quão produtiva, fecunda e diversa é a produção acadêmica sobre as relações sociedade-meio ambiente, tanto no cenário brasileiro, como no exterior. Sem perder a abordagem interdisciplinar, os autores enfatizam diferentes áreas do conhecimento, como Ecologia Política, História Ambiental, Sociologia, Economia, Antropologia, Ciência Política e Geografia, em suas contribuições para o diálogo ambiental.

O livro representa o amadurecimento do diálogo e da parceria científica estabelecida entre os Programas de Pós-Graduação (PPG) em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente do Centro Universitário de Anápolis (PPSTMA/UniEVANGELICA) e do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB). Esses programas de pós-graduação estão vinculados à área de Ciências Ambientais na CAPES, sendo que os primeiros passos na aproximação e parceria se iniciaram em 2012, com a publicação do livro *História Ambiental: Fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*, organizado pelos professores José Luiz Franco e José Augusto Drummond (CDS/UnB), Sandro Dutra e Silva e Giovana Galvão Tavares (PPSTMA/UniEVANGELICA), e publicada na coleção Terra Mater da Editora Garamond, Rio de Janeiro. Em 2013 uma nova publicação foi organizada por esses mesmos pesquisadores, com enfoque nas pesquisas sobre o Cerrado, que tem sido um tema privilegiado nesses programas (*Fronteira Cerrado: sociedade e natureza no Oeste do Brasil*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2013). Em 2016, como parte dessa parceria entre os PPGs, foi publicado pela Editora Garamond o segundo volume da Coletânea *História Ambiental: territórios, fronteiras e biodiversidade* (Garamond, 2016). Essa parceria tem sido possível por uma proximidade das áreas de concentração, das linhas de pesquisas e, conseqüentemente, dos interesses acadêmicos de alunos e professores

dos dois programas. Além disso, o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), particularmente por meio do programa PROCAD, permitiu a intensificação do intercâmbio acadêmico entre as duas instituições. Queremos deixar registrado aqui nossos agradecimentos a essas duas agências.

Entretanto, muito além da parceria entre dois programas de pós-graduação, o livro é fruto de uma rede de colaboração internacional muito mais ampla, que congrega professores e alunos de diversas universidades e centros de pesquisa do Brasil, da América Latina, dos Estados Unidos e da Europa. Essa colaboração resulta dos esforços individuais e coletivos dos organizadores deste volume, mas também é preciso reconhecer que ela foi estimulada e em parte fomentada pela CAPES, como parte de seus esforços para promover a internacionalização da pós-graduação brasileira.

A coletânea se divide em duas partes. Na primeira, intitulada “Interdisciplinaridade, governança e saber ambiental”, apresentamos um panorama amplo do saber ambiental e das implicações de uma abordagem interdisciplinar na questão ambiental. Os textos apresentados nessa primeira parte enfocam ainda debates relacionados à governança ambiental, às relações de acesso e à sustentabilidade ambiental como critério de desenvolvimento.

No capítulo intitulado: Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes, Enrique Leff apresenta a crise ambiental da atualidade como uma crise da razão, do conhecimento. Aborda então o papel do saber ambiental como aquele que integra o conhecimento racional e o conhecimento sensível, que restaura a relação entre a vida e o conhecimento. O autor apresenta como maior desafio da educação na atualidade o processo de reconstrução da racionalidade ambiental, de forma que se possa assim suportar e converter a crise civilizatória que enfrentamos.

No segundo capítulo, Interdisciplinaridade nas ciências ambientais no Brasil, Arlindo Philippi Jr, Valdir Fernandes, Carlos A. C. Sampaio e Maria do Carmo Sobral apresentam uma importante discussão sobre a institucionalização da interdisciplinaridade e das Ciências Ambientais na pós-graduação brasileira. Eles abordam, a partir de suas vivências e de análise documental, dados da evolução da pós-graduação brasileira e discutem a prática interdisciplinar na pesquisa de pós-graduação em ciência ambientais no Brasil. O autores destacam a interdisciplinaridade como concepção e processo, que pode ser aplicada nas várias áreas do conhecimento e evidenciam caminhos e desafios para o futuro.

Gustavo Lins Ribeiro, em seu texto Fluxos Globais de Modelos de Desenvolvimento, analisa a disseminação de modelos de desenvolvimento, apresentados como um dos discursos contemporâneos mais poderosos e flexíveis. O capítulo explora a existência de abordagens difusas e concentradas de disseminação de modelos de desenvolvimento, bem como suas características e dinâmicas. A partir disso, promove um quadro para reflexão acerca dos diferentes modos pelos quais o desenvolvimento é disseminado e naturalizado no mundo globalizado contemporâneo.

Em seu trabalho intitulado Governança Ambiental, Maria Carmen Lemos e Arun Agrawal analisam a literatura referente à questão da governança ambiental e a conceituam ao redor de quatro grandes temas de pesquisa: 1) globalização, 2) descentralização, 3) incentivos de mercado e individuais, e 4) arranjos multiescalares. Os autores destacam em seu texto modos híbridos de governança em todas as divisões na comunidade do mercado estatal emergente e examinam seu papel na recuperação da degradação ambiental, bem como alguns dos problemas críticos a que essas formas estão sujeitas.

No capítulo intitulado: A Teoria do Acesso, Jesse C. Ribot e Nancy Lee Peluso desenvolvem um conceito de “acesso”, termo, segundo os autores, frequentemente usado pelos analistas de propriedade e recursos naturais sem definição adequada. Neste trabalho, os autores definem acesso como “a capacidade de obter benefícios de coisas” e examinam um amplo conjunto de fatores que diferenciam o acesso à propriedade. A partir dessa definição, sugerem um método para análise de acesso que busca identificar os meios, relações e processos que permitem a diversos agentes extrair benefícios de determinados recursos.

No último capítulo dessa primeira parte da obra, A Natureza da Problemática Socioambiental, Valdir Fernandes e Carlos Alberto Cioce Sampaio refletem sobre a dicotomia entre sistemas ecológicos e sociais. O ensaio apresenta os grandes conflitos e desafios da sociedade moderna, traduzidos na difícil relação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Ao longo do texto, os autores discorrem sobre a necessária mudança de paradigma decorrente do fato de inserir a sustentabilidade socioambiental como critério de desenvolvimento. Sugerem fundamentalmente a necessidade de outra abordagem epistemológica por meio da visão sistêmica e da atuação interdisciplinar, apoiada numa mudança moral e ética.

A segunda parte da coletânea, intitulada “A História em meio à crise ambiental e a proteção da natureza”, é uma reflexão sobre as bases

teórico-metodológicas dos processos históricos que caracterizam a relação entre sociedade e natureza. Os textos que compõem essa segunda parte cumprem o importante papel de auxiliar na compreensão das mudanças históricas pelos quais se produzem os conceitos, os valores, os comportamentos e a estética. Nessa seção também apresentamos narrativas históricas focadas, principalmente, nos processos históricos de crise e proteção à natureza na América Latina.

No capítulo intitulado De Objeto a Oikeios: Geração do Meio Ambiente na Ecologia Mundial Capitalista, o professor Jason Moore apresenta um debate sobre as questões teóricas do dualismo entre “sociedade e natureza” e reflete sobre o papel da ecologia na sociedade capitalista. O texto se fundamenta no conceito de *oikeios* como reflexão sobre a ecologia mundial e na elaboração radical da lógica dialética marxista sobre os processos de transformação da natureza.

O historiador brasileiro José Augusto Pádua, em seu texto As Políticas da Conservação Florestal no Brasil: Uma Visão Histórica, faz uma discussão sobre os contrastes históricos entre o inerte conservacionismo histórico nos primeiros séculos da ocupação do Brasil e o rápido movimento de proteção ambiental nas últimas quatro décadas. O autor procura discutir a proteção florestal num contexto histórico amplo, tendo como elemento central o desflorestamento no Brasil. Pádua discute as ações políticas e os seus reflexos na sociedade brasileira contemporânea no que se refere à proteção florestal no Brasil.

No artigo Espaço, História e Ambiente, Frederico Santos Soares de Freitas analisa a pressão da agricultura sobre as florestas tropicais nos séculos XVIII-XIX no Brasil. O trabalho é um ótimo exemplo da prática interdisciplinar com que os historiadores ambientais precisam se familiarizar para análises históricas das transformações das paisagens. O autor usa sistemas de informação geográfica (SIG) no mapeamento da região Centro-Sul do estado de Minas Gerais e associa os resultados a dados históricos sobre a produção agrícola e pecuária para discutir o avanço do desmatamento.

Em “A crise ambiental e as tarefas da história na América Latina” do historiador Guillermo Castro Herrera, o autor apresenta um importante debate histórico sobre a relação entre a natureza, periferia e a exploração dos recursos naturais latino-americanos pelas nações mercantilistas. O debate sobre pobreza e o risco potencial ainda mal conhecido da biodiversidade que abriga a América Latina é tema pertinente e atual, apesar das temporalidades e dilatações históricas das fontes. Atual também a

proposta do autor em analisar as crises ambientais e os desafios para a história ambiental latino-americana no contexto dos discursos de desenvolvimento sustentável.

No último texto que compõe esta coletânea José Luiz de Andrade Franco apresenta um importante ensaio sobre as relações entre patrimônio cultural e patrimônio natural em seu capítulo “Patrimônio Cultural e Natural, Direitos Humanos e Direitos da Natureza”. Ele reflete sobre os direitos humanos e direitos da natureza, pensados a partir de uma ética ambiental inspirada na lógica científica pura e na apreciação estética da natureza. O texto argumenta sobre a natureza como elemento da cultura e as percepções do espaço natural a partir do século XVIII e os pressupostos axiológicos fundantes da ética ambiental.

Esperamos que o livro seja uma referência para os estudiosos das relações ambiente-sociedade em busca de fontes que lhes sirvam de base teórico-epistemológica e ajudem na contextualização históricas de seu objeto de estudo.

Brasília (DF), junho de 2016

Sandro Dutra e Silva

Doris Sayago

Fabiano Toni

Francisco Itami Campos

(organizadores)

Parte I
Interdisciplinaridade, governança
e saber ambiental

Uma Teoria do Acesso¹

Jesse C. Ribot

Nancy Lee Peluso

Introdução

A noção de acesso não foi adequadamente teorizada, embora o termo seja usado com frequência por estudiosos do direito de propriedade e outros teóricos das ciências sociais.² Neste artigo argumentamos que acesso é diferente de propriedade de várias maneiras que ainda não foram sistematicamente abordadas na literatura. Nós definimos acesso como a habilidade de se beneficiar das coisas, incluindo os objetos materiais, pessoas, instituições e símbolos.

Ao concentrar-se nas *capacidades*, ao invés de nos *direitos*, como na teoria da propriedade, esta formulação chama a atenção para uma ampla gama de relações sociais que podem restringir ou permitir que as pessoas se beneficiem de recursos sem se focar apenas nas relações de propriedade.

Nós conceituaremos o acesso e em seguida examinaremos um amplo conjunto de fatores que vemos heurísticamente como fios que constituem e configuram teias de acesso. Nossa intenção é permitir que acadêmicos e outros estudiosos mapeiem processos dinâmicos e relações de acesso a recursos – identificando a propriedade como um conjunto de relações de acesso, entre muitos. O presente conceito de acesso visa facilitar análises fundamentadas sobre quem realmente se beneficia das coisas e por meio de quais processos. Acesso permite empiricamente “... concentrar-se nas questões de *quem* pode (e não pode) usar o *que*, de *que forma*, e *quando*

1 Os autores discutiram as ideias deste texto, às vezes mais em certos períodos do que em outros, por cerca de cinco anos. A ordem dos autores é arbitrária e, portanto não deve ser usada para inferir alguma quantidade relativa de pensar ou escrever. Muitos agradecimentos são devidos a Janice Alcorn, Arun Agrawal, Louise Fortmann, Sheila Foster, Charles Geisler, Donald Krueckeberg, Svein Jentoft, Bonnie McCay, Donald Moore, Allyson Purpura, Harriet Ribot, Peter Vandergeest, e aos revisores por seus comentários sobre as primeiras versões deste artigo. Tradução Fabiano Toni.

2 O termo acesso já foi muitas vezes utilizado na literatura para incluir os direitos de propriedade e outros meios de se beneficiar de recursos. Veja de Janvry et al. (2001), Newell (2000), Mamdani (1996), Meams (1995), Lund (1994), Agarwal (1994:19), Berry (1989, 1993), Peluso (1992b), Shipton e Goheen (1992), Bruce (1988), Blaikie (1985).

(isto é, em que circunstâncias)” (Neale 1998:48-*itálico no original*). “Uso” pode ser visto com o significado de gozar algum tipo de benefício ou fluxo de benefícios (Hunt 1998).

Concentrando-nos nos recursos naturais como as “coisas” em questão, exploramos a gama de poderes – incorporados e exercidos por meio de vários mecanismos, processos e relações sociais – que afetam a capacidade das pessoas de se beneficiar dos recursos. Esses poderes constituem os fios materiais, culturais e político-econômicos dentro dos “feixes” e “teias” de poderes que configuram o acesso aos recursos. Diferentes pessoas e instituições detêm e podem recorrer a diferentes “feixes de poderes”, localizados e constituídos dentro de “teias de poderes” criadas por esses fios.³ Pessoas e instituições estão posicionadas de forma diferente em relação aos recursos em vários momentos históricos e escalas geográficas. Os fios, assim, mudam com o tempo, mudando a natureza de poder e as formas de acesso aos recursos.

Algumas pessoas e instituições controlam o acesso aos recursos, enquanto outros mantêm seu acesso por meio de quem tem o controle sobre ele. Dar atenção a essa diferença nas relações de acesso é uma maneira pela qual o acesso pode ser visto como um fator analítico dinâmico. Análises de acesso também nos ajudam a entender por que algumas pessoas ou instituições se beneficiam dos recursos, tendo ou não direito a ele. Esta é uma diferença fundamental entre as análises de acesso e de propriedade. Se o estudo da propriedade está ligado à compreensão de reivindicações, principalmente as reivindicações que MacPherson (1978) define como direitos; o estudo do acesso está preocupado com a compreensão da multiplicidade das maneiras pelas quais as pessoas obtêm benefícios dos recursos, incluindo, mas não se limitando, às relações de propriedade.

Na seção seguinte, *A Teoria do Acesso*, comparamos o acesso com a propriedade. Nós detalhamos e exemplificamos nossa noção de acesso como feixes e teias de poderes que permitem que os agentes ganhem, controlem e mantenham seu acesso a um recurso. Essa seção também rascunha brevemente uma abordagem para a análise do acesso. A seção seguinte, *Mecanismos de Acesso*, enumera esses mecanismos, que podem ser paralelos, complementares, conflitantes, sequenciais ou ainda inseridos uns nos outros. Trata-se de processos ou meios de acesso que compõem os fios em nossos feixes e teias. Nas conclusões, resumimos nossos pontos principais e discutimos a importância analítica e prática de uma compreensão mais ampla do acesso.

3 Tomamos emprestado o termo “feixes de poderes” de Ghani (1995:2).

A Teoria do Acesso: Colocando a propriedade em seu lugar

One author teaches that property is a civil right, based on occupation and sanctioned by law; another holds that it is a natural right, arising from labor; and these doctrines, though they seem opposed, are both encouraged and applauded. I contend that neither occupation nor labor nor law can create property, which is rather an effect without a cause.

What is property? 1849 (Proudhon 1993:13)

Escrevendo sobre o assunto há mais de 150 anos, Proudhon começou a questionar as limitações analíticas das análises da propriedade por si. Para teorizar o acesso e diferenciá-lo da propriedade, destacamos algumas das principais diferenças entre os dois termos. Nós definimos o acesso como a capacidade de se beneficiar de coisas. MacPherson (1978) caracteriza propriedade como “... um direito, no sentido de um direito exigível⁴ de uso ou do benefício de alguma coisa” (ver também Commons 1968: 17).⁵ Um “direito exigível” é aquele que é reconhecido e apoiado pela sociedade por meio de lei, costume ou convenção. O termo “benefício” é comum para as definições de acesso e propriedade. Propriedade e acesso dizem respeito às relações entre as pessoas no que se refere a benefícios ou valores⁶ e sua apropriação, acumulação, transferência, distribuição e assim por diante. Benefícios são importantes porque as pessoas, instituições e sociedades vivem deles e para eles e; por eles, cooperam ou entram em conflito.

Uma distinção fundamental entre o acesso e a propriedade está na diferença entre “habilidade” e “direito”. A habilidade é semelhante ao poder, que nós definimos em dois sentidos: em primeiro lugar, como a capacidade de alguns agentes de afetar as práticas e ideias dos outros

4 NT: No original, enforceable claim.

5 Uma pesquisa abrangente da literatura sobre propriedade está além do escopo deste artigo. Nós selecionamos alguns dos principais teóricos da propriedade para incluir em nossa discussão.

6 Usamos o termo benefício com significado semelhante ao termo valor. Uma diferença importante, no entanto, entre as abordagens de valor e de acesso, baseadas em mão de obra ou na escassez é que as origens do valor não precisam ser problematizadas em nosso modelo. Podemos considerar, como Proudhon (1993) aponta, que valor é como propriedade, “um efeito sem causa”. Talvez os valores que existem sejam todos compostos de trabalho “morto”. Talvez eles estejam presentes na natureza – como Marx também notou. Assumimos que o valor está presente onde quer que os benefícios de “coisas” sejam perseguidos. Para uma ampla discussão sobre a origem das questões de valores veja Appadurai (1986), Marx (1972 [1875]: 8).

(Weber 1978:53; Lukes 1986:3). Em segundo lugar, vemos o poder como emergente de pessoas, embora nem sempre conectado a elas. O poder é inerente a certos tipos de relacionamentos e pode emergir ou fluir por meio das consequências ou efeitos – intencionais ou não – de certas relações sociais. Instituições e práticas disciplinadoras podem levar as pessoas a agir de determinadas maneiras, sem qualquer coerção aparente (Foucault, 1978a, 1979).

O acesso diz respeito a todos os meios pelos quais uma pessoa é capaz de se beneficiar das coisas. A noção de propriedade geralmente evoca algum tipo de reivindicação ou direito que é socialmente reconhecido e apoiado, seja por lei, costume ou convenção. Detentores de direitos desfrutam de um certo tipo e grau de poder social. Os direitos associados a leis, costumes e convenções nem sempre são equivalentes. Algumas ações podem ser ilegais do ponto de vista da legislação do Estado, ao mesmo tempo em que se assentam sobre costumes ou convenções legitimadas socialmente, e vice-versa. O acesso também pode ser ativado indiretamente por meios que não são destinados a transmitir os direitos de propriedade, ou que não são socialmente sancionados em qualquer domínio da lei, costume ou convenção. Manipulações ideológicas e discursivas, bem como relações de produção e troca, afetam profundamente os padrões de distribuição de benefícios sem necessariamente atribuir direitos. Da mesma forma, atos social e legalmente proibidos também podem determinar quem se beneficia com das coisas.⁷

A literatura maciça e crescente sobre propriedade comum e posse de recursos tem mostrado que a lei (seja escrita ou oral, formal ou consuetudinária) nunca pode delinear completamente todos os modos e vias de acesso a recursos ao longo de teias complexas e sobrepostas de poder.⁸ Até mesmo os teóricos mais antigos não reduziram a propriedade a questões de direito. Locke via a propriedade como a reivindicação moral dos direitos decorrentes da combinação do trabalho e da terra (MacPherson 1978; Neale 1998:54). Esse direito foi então codificado em lei para ser protegido pelo Estado. Para Marx (1964:78, 136; 1977) propriedade é apropriação. É o fato ou ato de se obter, que remonta às relações de produção com base em apropriações anteriores em um processo histórico em desdobramento. Tal fato ou ato em determinados

7 Meios sociais e juridicamente proibidos podem incluir violência (Hunt 1998:3; Peluso 1993), corrupção (Bardhan 1980; Gupta, 1995) e roubo.

8 Para uma pequena amostra, consulte Fortmann e Bruce (1988), McCay et al. (1989), Berkes (1989), e Schlager e Ostrom (1992).

momentos desse processo foi formalizado em lei.⁹ Assim, para Marx, os direitos que derivam da combinação de trabalho com a terra ou da utilização dos recursos, foram substituídos por instituições de propriedade apoiadas pelo Estado. Isso o levou a considerar a propriedade como roubo, em oposição direta às formulações idealistas de Locke. Além disso, uma vez que os teóricos da propriedade introduziram noções de escolha de foro – “isto é, a capacidade de alguns atores para selecionar a arena da lei, costume, ou convenção que irá favorecer os seus objetivos – a importância das forças político- econômicas e culturais para além da esfera jurídica torna-se mais evidente em determinar quem pode usar a lei, costume ou convenção, quando, e com que finalidade (Meinzen-Dick e Pradhan 2002; Lund 1994; Griffiths 1986; Moore 1986; von Benda-Beckmann 1995; von Benda-Beckmann, 1981). Assim, como Bell afirma: “Difícilmente haverá uma palavra mais carregada de significado do que propriedade” (Bell 1998:29).

Muitas das dimensões de acesso que discutimos foram exploradas ou incluídas em algum lugar dentro das amplas definições utilizadas em estudos da propriedade¹⁰. O termo “propriedade” tende a ser vinculado em grande parte da literatura e em seu uso diário a ideias de posse ou de título, conforme definido por lei, costume ou convenção (Singer, 2000; Bell, 1998; Bromley e Cernia, 1989), embora isso tenha mudado radicalmente ao longo dos anos. Até mesmo os termos “relações de propriedade” e “posse” examinam apenas as relações de propriedade e controle dos recursos sancionadas de alguma forma por instituições sociais, embora por vezes tenha um significado que vai além dos direitos de propriedade sancionados pelo Estado em lei escrita¹¹. Nossa mudança de ênfase analítica, que privilegia o acesso em detrimento da propriedade e da

9 Marx (1964:78, 136) trata como sinônimos apropriação e propriedade – a alienação do trabalho do outro embutido em coisas materiais (ver também Marx, 1977). Commodities têm valor e são objetos de apropriação, porque eles incorporam trabalho alienado. Indo além da sua teoria de trabalho de valor, Marx (1972:8-italico no original) admite a natureza como fonte de valor: “O trabalho não é a fonte de toda a riqueza. Natureza é tanto a fonte de valores de uso (e é certamente de tal forma que a riqueza material consiste!) como o trabalho, o que em si é apenas a manifestação de uma força da natureza...”

10 Ver Marx (1964:341, 1977:349), Proudhon (1993), Rose (1994), Ghani (1995), Fortmann (1988b), Singer (2000), Geisler e Daneker (2000).

11 Para algumas definições iniciais de propriedade e alguns comentários, ver Maine (1917), MacPherson (1978), Fortmann (1988b). Para exemplos de nuances mais recente dos termos de propriedade e as relações de propriedade, consulte Agarwal (1994:19), Shipton e Goheen (1992), Berry (1988, 1989, 1993), Blaikie (1985), Bruce (1988), Mearns (1995), Peluso (1992b, 1996), Nugent (1993), Vandergeest (1996), e Daneker Geisler (2000).

posse, coloca a propriedade como um conjunto de fatores (com muitas nuances) dentro de uma matriz maior de instituições, relações sociais e político-econômicas e estratégias discursivas que moldam o fluxo de benefícios. Alguns destes fatores não são reconhecidos ou tidos como legítimos por todos ou por quaisquer partes da sociedade, alguns são resíduos de instituições e discursos anteriores de legitimação. Assim, a análise de acesso requer atenção à propriedade, bem como a ações ilícitas, relações de produção, relações de direitos e privilégios, e a história por trás de todos estes fatores¹².

Muitos teóricos da propriedade se afastaram da visão formal. Tawney (1978:141) começou a estender as ideias de propriedade em direção à posse de acesso às trocas e ao comércio, em 1920. Christman (1994), ao falar sobre “as coisas tangíveis e intangíveis”, se distancia mais um pouco da posse física ou apropriação e da incorporação de valor às coisas físicas. Até mesmo a noção primordial de Henry Maine (1917) de um “conjunto de direitos”,¹³ que desagregou a propriedade em componentes – tais como os direitos de possuir, herdar, usar ou descartar –, forneceu uma compreensão diferente das várias relações sociais em torno das coisas. Mais recentemente, a teoria de Geisler e Daneker (2000: xii) de “feixes de donos” ajudou a problematizar e borrar as diferenças entre reivindicações individuais e coletivos sobre os diversos fios que compõem um “feixe de direitos”. Além disso, a literatura sobre propriedade comum e sobre ecologia política tem expandido a literatura sobre direitos de propriedade ao mostrar como os recursos utilizados ou mantidos coletivamente estão inseridos em conjuntos maiores de relações político-econômicas e ecológicas¹⁴.

Usando insights das teorias de propriedade e de posse, abordamos o acesso de maneira ainda mais ampla. Assim, como a propriedade, vemos as relações de acesso, em constante mudança, dependendo do poder ou posição de um indivíduo ou de um grupo dentro de várias relações sociais. Geralmente as pessoas têm mais poder em algumas relações do que em outras, ou mais em alguns momentos históricos

12 Para discussões sobre a ação ilícita ver Hunt (1998:16), Gupta (1995), Bhagwati (1982), e Krueger (1974). Sobre as relações de produção, ver Marx (1977 [1858]) e Polanyi (1944). No direito relações ver Singer (2000), Leach et al. (1999), Ribot (1995), Watts e Bohle (1993), Drèze e Sen (1989), e Sen (1981).

13 Veja também Meek (1938:1), Fortmann (1988b).

14 Sobre propriedade comum, ver nota 6, e Ostrom 1990. Sobre ecologia política, ver Blaikie (1985), Bryant (1992), e Cockburn Hecht (1989), Peet e Watts (1996).

e menos em outros. Como Foucault (1978a) apontou, o poder tem tanto a ver com a posição e as particulares “imbricações de homens e coisas” quanto com os poderes formais que as pessoas possam ter. Diferentes circunstâncias político-econômicas alteraram as condições de acesso e podem, portanto, mudar as pessoas ou grupos mais aptos a se beneficiar de um conjunto de recursos específicos. Ghani (1995:2) sugeriu que a propriedade deve ser representada como um feixe de poderes – de novo, uma visão mais ampla do que a noção mencionada acima, de Maine. Os feixes de poderes de Ghani de fato representam um conceito totalmente novo que pode ser incorporado à nossa noção de acesso. Esses feixes de poderes se tornam nós de uma rede maior e, ao mesmo tempo, podem ser desagregados nos filamentos que os constituem. Inserir essa análise num referencial de economia política nos ajuda a identificar as circunstâncias nas quais algumas pessoas são capazes de se beneficiar de recursos específicos, e outras não (ver também Bell 1998:29).

O aspecto de economia política do nosso conceito torna-se evidente quando dividimos a ação social em *controle* do acesso e *manutenção* do acesso. O controle de acesso é a capacidade de mediar o acesso dos outros. Controle “... refere-se à verificação e orientação da ação, à função ou poder de dirigir e regular a ação livre” (Rangan 1997:72).¹⁵ A *Manutenção* de acesso requer um gasto de recursos ou de poderes para manter um determinado tipo de acesso a recursos abertos (ver, por exemplo, Berry 1993). Manutenção e controle são complementares. São posições sociais que se cristalizam temporariamente ao redor dos meios de acesso. Ambos são constitutivos das relações entre os agentes em relação à apropriação, gestão ou utilização do recurso. Ao mesmo tempo, os significados e os valores dos recursos são muitas vezes contestados entre aqueles que controlam e os que mantêm o acesso a eles. A ideia de propriedade composta por direitos e deveres pode ser vista como uma distinção paralela em que a reivindicação de direitos é uma forma de controle de acesso, enquanto a execução de tarefas é uma forma de manutenção de acesso destinada a sustentar esses direitos (Hunt 1998:9). Nós falamos de um terceiro mandato, *obtenção* de acesso, como o processo mais geral pelo qual o acesso é estabelecido.

15 Esta noção encontra um paralelo na noção de dominação de Weber (1978:53). Veja também Peluso (1992b), Lund (1994) Berry (1994) para as discussões sobre a noção de controle de acesso.

O controle e a manutenção do acesso encontram paralelo em alguns aspectos das relações entre capital e trabalho de Marx. A relação entre os agentes que possuem o capital e aqueles que trabalham com o capital ou meios de produção de outros é similar à relação entre os agentes que controlam o acesso dos outros e aqueles que devem manter o seu próprio acesso. Em ambos os casos, é na relação entre estes dois conjuntos de agentes que a divisão dos benefícios é negociada. Para manter o acesso, os agentes subordinados muitas vezes transferem alguns benefícios para aqueles que o controlam. Eles gastam recursos para cultivar relações ou transferem benefícios para aqueles que controlam o acesso a fim de obter seu próprio benefício. Este tipo de análise pode ir além da análise de classe, uma vez que as reivindicações de controle e manutenção podem residir na mesma pessoa ou ser compartilhada entre agentes que cooperam ou que competem¹⁶. Um indivíduo pode ter um feixe de poderes cujos fios incluem vários meios de controlar e manter o acesso. Essa pessoa vai estar em uma posição dominante no que diz respeito a alguns agentes e em uma posição subordinada a outros. Por causa da natureza fragmentada do controle e da manutenção e das teias e feixes de poderes que as constituem, as pessoas não podem ser divididas nitidamente em classes, como em um referencial marxista tradicional. Vários tipos de relações de poder em torno de um determinado conjunto de benefícios e beneficiários devem ser analisados para entender essas redes de acesso.

As reivindicações em nossas teias e conjuntos de poderes são os meios, processos e relações pelas quais os agentes estão habilitados a ganhar, controlar e manter o acesso aos recursos. No restante deste capítulo usaremos o termo “mecanismos” como sinônimo de meios, processos e relações¹⁷. Nós vemos vários tipos de mecanismos em ação. Tanto os mecanismos *ilícitos* quanto aqueles *baseados em direitos* podem ser usados diretamente para se obter benefícios. Outros mecanismos *estruturais* e *relacionais* incluem ou reforçam o acesso obtido diretamente por meio de configurações de acesso com base nos direitos ou de forma ilícita. Um exemplo de acesso ilícito poderia ser o roubo de produtos

16 Isto nos liga a Hall (1980) e a famosa noção de “marxismo sem garantias”, ou seja, que devemos manter a “premissa materialista” de Marx, mas entender as condições materiais de existência dentro de análises historicamente específicas, e não apenas suposições abstratas ou automáticas feitas com base na análise de classe

17 Escolhemos o termo “mecanismos”, porque “meios” implica agência, e o acesso nem sempre é uma questão de agência. A manifestação de mecanismos nas relações de poder entre as pessoas em outras esferas de interação social podem ter os efeitos disciplinadores de controlar o acesso dos recursos de alguém, favorecendo o acesso de outros (Foucault, 1979; Moore 1993).

que só podem ter valor comercial se o ladrão tem acesso ao mercado. Um exemplo de acesso com base em direitos poderia ser visto em uma situação em que o acesso ao trabalho é complementar aos direitos de propriedade sobre a terra. O controle sobre estes dois fatores – acesso à propriedade da terra e à mão de obra – faz com que os direitos sobre a terra fiquem mais lucrativos (de Janvry et al 2001:5). Alguém pode ter direitos para se beneficiar da terra, mas pode ser incapaz de fazê-lo sem o acesso a mão de obra ou capital. Esse seria um exemplo de ter propriedade (o direito ao benefício) sem acesso (a capacidade de se beneficiar). Mecanismos de acesso podem funcionar em sequência, quando o acesso a oportunidades de trabalho está condicionado à adesão prévia em uma determinada organização ou tem uma identidade social particular. Oportunidades de trabalho podem depender de se ter certo tipo de conhecimento bem como a certificação desse conhecimento ou educação por uma organização profissional ou pelo estado (Blaikie 1985).

Ao colocar o acesso num marco político-econômico obtemos um modelo teórico de mudança social. Relações sociais e de diferenciação emergem da cooperação e do conflito ao redor de benefícios (em termos dos valores de Marx) dentro de determinados momentos político-econômicos. As leis podem ser formadas a partir dessas relações ou precedê-las. Os benefícios podem ser redistribuídos e capturados no percurso de mudanças nas relações sociais e nas estruturas legais, uma vez que novos conflitos e acordos de cooperação emergem. Devido à interdependência de alguns mecanismos de acesso, uma hierarquia absoluta ou abstrata de mecanismos não pode ser imposta. As maneiras em que os diferentes mecanismos de acesso se encaixam em momentos político-econômicos devem ser determinadas empiricamente. A análise do acesso é, portanto, o processo de identificação e mapeamento dos mecanismos pelos quais o acesso é adquirido, mantido e controlado. Além disso, porque os padrões de acesso mudam com o tempo, eles devem ser entendidos como processos (Berry, 1993; Lund 1994:14-15; Peluso 1996).

Dado o quadro descrito acima, a análise de acesso envolve 1) identificar e mapear o fluxo dos benefícios em consideração; 2) identificar os mecanismos pelos quais os diferentes agentes envolvidos ganham, controlam e mantêm o fluxo de benefícios e sua distribuição; e 3) analisar as relações de poder subjacentes aos mecanismos de acesso envolvidos nos casos em que benefícios são derivados do acesso. A análise do acesso a recursos primeiro requer a identificação do objeto de inquérito – um benefício específico vindo de um recurso específico. Identificar os benefícios

pode ser tão simples como examinar o lucro agrícola do produtor de uma lavoura específica. Pode também ser tão complexo como a identificação do fluxo de benefícios a partir dessa lavoura ao longo de sua trajetória de vida, desde a preparação da terra até o consumo final. Os benefícios de um recurso podem resultar da produção (como o cultivo de campos de arroz, manutenção de colmeias de abelhas, plantio de árvores, proteção das florestas), da extração (colheita de arroz, coleta de mel, extração de madeira, caça), da transformação do produto (beneficiamento do arroz ou a carbonização da madeira), da troca, do transporte, da distribuição ou do consumo. O objeto de investigação pode ser o benefício específico a partir de uma única operação ou toda a cadeia de benefícios para agentes múltiplos (ou individuais) durante o ciclo de vida de um único hectare de arroz.

Uma vez identificados os benefícios desses recursos, podemos prosseguir com uma análise dos vários mecanismos pelos quais os indivíduos, grupos ou instituições ganham, controlam, ou mantêm o acesso dentro de circunstâncias políticas e culturais específicas. Essas relações causais podem ser rastreadas de maneira sistemática, tanto espacial quanto historicamente (Blaikie 1985; Watts 1987; Cf Vayda 1983). Embora neste artigo, não desenvolvamos um caso, na próxima seção usaremos exemplos empíricos de vários casos para ilustrar a ampla gama de mecanismos de acesso em operação.¹⁸

Mecanismos de Acesso

Nesta seção, nós fornecemos um conjunto operacional de categorias e exemplos para orientar os esforços de mapear os mecanismos que formam os processos e relações de acesso.¹⁹ A primeira dessas categorias é o acesso baseado em direitos (o que é sancionado por lei, costume ou convenção), incluindo o acesso ilegal (ou roubo – quando benefícios são obtidos por meio de mecanismos ilegais).²⁰ Em seguida, discutiremos

18 Aplicamos os princípios básicos deste método para casos específicos em outros trabalhos. Veja, por exemplo, Ribot (1990, 1998) e Peluso (1996).

19 Esses mecanismos de acesso podem ser categorizados como: sancionado (por lei, costume, e da convenção) *versus* não sancionado (por roubo ou violência); baseada em agentes (como na lei) *versus* estrutural (como em relações de produção ou complementaridades econômicas); mecanismos diretos e indiretos de acesso, próximos *versus* distante ou com base local *versus* sem base local; propriedades das coisas, sistemas ou pessoas; meios alienáveis *versus* meios não alienáveis; sequenciais, paralelos, complementares; etc..

20 É importante reconhecer que estes dois tipos de mecanismos sancionados e não sancionados são baseados em direitos, na medida em que os direitos definem os limites das atividades ilegais.

uma série de fatores adicionais que chamamos de *mecanismos de acesso estruturais e relacionais*. Estes operam paralelamente ou afetam os mecanismos de acesso baseados em direitos ou ilegais e assim moldam a maneira como os benefícios são obtidos, controlados e mantidos. Eles incluem *tecnologia, capital, mercados, trabalho, conhecimento, autoridade, identidades e relações sociais*.

Nós não falaremos sobre todas as possíveis subcategorias e combinações de mecanismos de acesso. As categorias não poderiam ser compreensivas, nem são fixas ou únicas. Em diferentes circunstâncias ou momentos, o poder funciona de forma diferente. Assim, por causa da natureza do próprio poder, às vezes é difícil identificar os “conjuntos de poderes” aos quais nos referimos acima.

Acesso Baseado em Direitos

Acesso Legal

Como mencionado acima, quando a capacidade de se beneficiar de algo deriva de direitos atribuídos por lei, costume, ou convenção, os teóricos contemporâneos geralmente os denominam de “propriedade” (MacPherson, 1978). Meios de acesso baseados em direitos implicam o envolvimento de uma comunidade (no sentido mais amplo do termo), estado ou governo que irá impor uma reivindicação. Direitos de propriedade com base na lei incluem acesso pela realização de títulos ou ações de bens imóveis, bem como autorizações e licenças (Tawney 1978:141; Nelson 1986, 1995).²¹ Acesso consuetudinário ou convencional ocorre por meio da aceitação social de uma dada circunstância ou a prática pelo qual as pessoas ganham benefícios. Costume e convenção não dependem de mecanismos de execução coercitiva, embora às vezes a coerção seja usada para sua execução (Weber 1978:319-20). Os detentores de direitos de propriedade podem reivindicar esses direitos, assim com os mecanismos associados de validação, para controlar o acesso. Outros que não têm tais direitos têm que recorrer aos proprietários para ganhar ou manter o acesso, o que pode ser feito pelo pagamento de uma taxa ou pela troca de um serviço, caso eles queiram se beneficiar dos recursos em questão.

21 As leis e políticas que afetam o acesso incluem: zoneamento, licenças, autorizações, quotas, impostos, leis anti-truste, estações de produção, espécies de proteções, as leis de domínio nacional, leis de despejo e fixação de preços (Nelson, 1986, 1995; Coggins et al. 1993).

Nesses casos, os próprios direitos de propriedade moldam as relações entre as pessoas em relação ao fluxo de benefícios.

Ambiguidades dentro das leis, costumes e convenções são frequentes. Não é incomum que as leis feitas sob um mesmo governo dentro de um único período histórico se contradigam e aloquem as atribuições de direitos sobre o mesmo recurso à diferentes partes. Por exemplo, na Tailândia, o Ministério das Florestas negou o direito de imigrantes de viver em áreas florestais do Norte; entretanto, o Ministério do Interior cadastrou grupos de imigrantes e lhes forneceu serviços, como escolas e postos de saúde (Vandergeest 1996).

Às vezes, novas políticas ou leis não delineiam claramente todos os poderes associados a alguns direitos, e conflitos surgem ao redor da resolução dessas ambiguidades. Um exemplo é encontrado em sistemas de co-gestão de recursos, em que os limites entre direitos e acesso não são claros (Sundar 2001; Baviskar, 2001). Em nome da descentralização ou da participação, essas novas abordagens de cogestão afirmam trazer as pessoas para um processo de gestão “participativa”, mas podem não conseguir transferir os direitos sobre a floresta para as populações locais. Essa ambiguidade acaba dando mais poder para os agentes do Estado na alocação de direitos de acesso aos recursos (Shiva et al 1982; Rangan 1997, 2000; Ribot, 1999).

Ao invés de conceder direitos de acesso aos recursos e assim dar autonomia às populações locais, os Estados muitas vezes acabam usando as pessoas como objetos aos quais se concedem privilégios, ao invés de direitos (Wong 1975; Hooker 1978; Burns, 1999; Mamdani 1996; Ribot, 1999). As leis são frequentemente escritas para que as decisões ou transferências de poderes sejam feitas por meio de decreto executivo ou sejam sujeitas à aprovação de um presidente, um ministro, ou administrador, coisa que mantém a ambiguidade sobre quem realmente detém o poder de atribuição de direitos de acesso a benefícios particulares (ver Porter 1967; Hong 1986; Guha, 1990). Essas leis, em teoria dão o controle do acesso a órgãos estatais e deixam os usuários dos recursos na posição de ter que investir em relações pessoais com esses agentes a fim de manter seu acesso (Ribot, 1995). Conyers (2000) chama isso de problema de “meios de transferência”. É um problema porque as decisões ou transferências discricionárias não estabelecem direitos, mas sim acordos inseguros ou privilégios que os tomadores de decisão podem mudar de acordo com sua vontade (Peluso 1992b; Saberwal 1996; Sivaramakrishnan 1999; Ribot, 1999).

A ambiguidade também desempenha um papel importante em sistemas de legitimização que se sobrepõem, ou seja, em que uma pluralidade de noções legais, consuetudinárias ou convencionais dos direitos é usada para fazer reivindicações. Contudo, dentro de sistemas formais e informais de pluralismo jurídico, o Estado muitas vezes continua a ser o mediador final, árbitro e detentor do poder. No entanto, dentro dessa pluralidade, alguns agentes podem ser capazes de aumentar seus próprios benefícios, ou seja, manter seu acesso ou mesmo ganhar o controle sobre o acesso de outros. Isso se faz pela escolha da instância em que se reivindicam seus direitos ou em que se busca a aplicação ou adjudicação de tais direitos (von Benda-Beckmann 1981; Lund 1994:14). Em todos esses casos, os direitos definidos em lei, costume e convenção são mecanismos que determinam quem *controla* e quem *mantém* o acesso.

Acesso Ilegal

Em certo sentido, qualquer acesso ganho “ilegalmente” também é baseado em direitos: é uma forma de acesso direto definido contra aquelas formas com base nas sanções de costume, convenção ou lei.²² Criminalidade é uma questão de perspectiva, que depende do relacionamento do ator com a lei ou com alguma outro tipo de regra ou prática convencional sancionada (Peluso 1992b; Thompson 1975a; Hay 1975). Por definição, então, o acesso ilegal refere-se ao gozo dos benefícios de coisas de maneira que não são sancionados pelo Estado e pela sociedade. Roubo (mediante o uso aberto da força ou por logro ou fraude) também pode ser uma forma direta de acesso a recursos.

O acesso ilegal opera por meio de coerção (pela ameaça ou uso da força) ou furto, moldando as relações entre aqueles que tentam ganhar, controlar ou manter o acesso. O acesso pode ser controlado de forma

22 A distinção entre abordagens de “propriedade” baseada em direitos e formas ilegais de acesso com base em violência ou roubo se baseia em noções de moralidade e legitimidade. O que um grupo chama de roubo pode ser considerado moral ou legítimo por outros – um indivíduo ou um grupo ou uma comunidade vizinha. A distinção é construída dentro de várias esferas ou comunidades de legitimidade. Legitimidade, por sua vez, está ligada a um conjunto de juízos morais sobre o que é certo e o que constitui um direito. Para distinguir entre propriedade e roubo, devemos questionar a construção de esferas ou comunidades de legitimidade. Porque tanto Marx (1964 [1844]) quanto Proudhon (1993) acreditavam que a ideologia (incluindo qualquer noção de legitimidade da propriedade) é um produto das relações materiais de produção. Eles argumentaram que a legitimidade da propriedade é falsa, e que toda a propriedade era uma apropriação ou roubo.

ilegal por esses meios, e as pessoas podem manter o acesso ilegalmente ao cultivar relações ou fazer ameaças pessoais àqueles que controlam o acesso. Os funcionários do governo – particularmente aqueles nos ramos militares ou policiais – podem ilicitamente usar o poder de seus cargos para proteger seu acesso a recursos pessoais. Enquanto isso, suas ações podem ser consideradas ilegítimas ou corruptas por outros requerentes que justificam os seus direitos pela lei, costumes ou convenções (Thompson, 1975^a; 1975b; Hecht e Cockburn 1989; Peluso 1992b, 1995).

Direitos, por mais ambíguos que sejam, não são as únicas maneiras de ganhar, controlar ou manter os benefícios derivados de recursos. Violência e roubo também devem ser considerados como mecanismos de acesso que às vezes resultam de direitos de acesso negados.

Mecanismos Estruturais e Relacionais de Acesso

A capacidade de se beneficiar de recursos é mediada por restrições estabelecidas pelos marcos político-econômicos e culturais específicos do contexto em que se busca o acesso a recursos. Isto põe em jogo uma série de “mecanismos estruturais e relacionais de acesso.” Nós fomos inspirados a desenvolver essa noção, pela discussão de Blaikie sobre “qualificações de acesso” (Blaikie 1985). Ele explica que capital e identidade social influenciam quem tem prioridade de acesso a recursos. Nesta subseção ampliamos a discussão de Blaikie, explorando como a tecnologia, o capital, os mercados, o conhecimento, a autoridade, as identidades sociais e as relações sociais podem moldar ou influenciar o acesso.

O acesso à tecnologia afeta o acesso aos recursos de várias formas (Bunker 1985; Barham et al 1994). Uma cerca é uma tecnologia simples de controle de acesso, pois mantém fisicamente algumas pessoas a uma distância de certo recurso e simboliza ou comunica a intenção de restringir o acesso (Rose 1994; Fortmann 1995). Muitos recursos não podem ser extraídos sem o uso de ferramentas ou tecnologia; a tecnologia mais avançada beneficia aqueles que têm acesso a ela. Bunker (1985) chama essas diferentes tecnologias e suas redes de instituições e relações associadas de “modos de extração”.

Menos diretas são as tecnologias que facilitam ou aumentam a capacidade de se atingir fisicamente um recurso. O acesso a poços artesianos, bombas e eletricidade pode determinar quem pode se beneficiar de águas bombeadas de profundidades cada vez maiores (Dubash, 2002). Uma estrada altera o número de pessoas e os tipos de veículos capazes de

atingir localidades remotas, mudando a natureza do acesso físico (Potter, 1987; Schmink e Wood 1992; Peluso 1992a; Geisler e Silberling 1992). As armas também são tecnologias que podem facilitar a manutenção de acesso baseado em direitos e acessos ilícitos. Quando comerciantes de lenha queriam cortar madeira nas florestas da Makacoulibantang no Leste do Senegal, uma autoridade local exerceu seu *controle* sobre o acesso florestal, ameaçando atirar em quem cortasse árvores em lugares perto de sua aldeia (Ribot, 2000).

O acesso ao capital é claramente um fator que afeta a capacidade de se beneficiar de recursos por meio do controle ou da manutenção do acesso a eles (Blaikie 1985; Shipton e Goheen 1992; Berry 1993; De Janvry et al 2001:4-5). O acesso ao capital é geralmente considerado como o acesso à riqueza na forma de finanças e equipamentos (também discutido em tecnologia) que podem ser colocados a serviço da extração, produção, conversão, mobilização de trabalho e outros processos associados à obtenção de benefícios oriundos de coisas e de pessoas. O acesso ao capital pode ser usado para o *controle* do acesso a recursos pela compra de direitos. Ele pode ser usado também para *manter* o acesso aos recursos, por meio do pagamento de aluguéis e taxas de acesso formais, ou para exercer influência sobre as pessoas que controlam os recursos. Ele também pode ser visto como um meio de acesso à recursos via processos legais, sancionados ou informais baseadas em direitos. O acesso ao capital na forma de crédito é um meio de manter o acesso aos recursos.

A alegação de se ter aumentado o valor de um recurso com a venda do acesso a ele pode ser usada para se obter o reconhecimento social dos direitos de propriedade. Remanescente da noção de “landesque capital²³”, tais investimentos podem ser usados para se fazer reivindicações ou para facilitar as condições de acesso aos recursos (Blaikie, 1985; ver também Mayer, 1996). Nesse sentido, o plantio de árvores pode servir para alguém reivindicar os direitos de propriedade sobre a terra onde foi feito o plantio (Fortmann 1988a, 1988b). A riqueza – ou capital – também afeta outros tipos de acesso, sendo que a riqueza, identidade social (discutido abaixo) e poder são mutuamente constituídos (Moore 1986; Shipton e Goheen 1992; Berry, 1993). Em outras palavras, por causa do status e do poder que a riqueza proporciona, os ricos também podem

23 NT: O termo landesque capital diz respeito a investimentos na terra que garantem o aumento de produtividade a longo prazo, isto é, além do ciclo de uma determinada cultura.

ter acesso privilegiado à produção e à troca, a oportunidades, a formas de conhecimento, a autoridades e assim por diante.

O *acesso aos mercados*, afeta a capacidade de um ator se beneficiar de recursos de muitas maneiras. A capacidade de se beneficiar comercialmente de um recurso pode depender mais do acesso que seu proprietário tem aos mercados, do que dos direitos que tem sobre ele (Tawney 1978; Ribot 1998, 2000, De Janvry et al 2001:5). Os Kayapó e outros grupos nativos que coletam produtos da floresta e os vendem diretamente para a Cultural Survival, Conservação Internacional, e varejistas como “The Body Shop” adquiriram acesso preferencial ao mercado, o que aumentou a sua participação nos lucros da extração de produtos da floresta (Schwartzman e Nepstad, 1992). O acesso ao mercado é controlado por meio de uma multiplicidade de estruturas e processos (Harriss 1984; Ribot 1998). Esses podem incluir o acesso ao capital (físico e financeiro), estruturas de monopólio, práticas de exclusão e formas de conluio entre os agentes de mercado. Políticas de Estado também afetam o acesso ao mercado, principalmente aquelas que regulam a obtenção de licenças e estabelecem taxas de acesso (Polanyi, 1944; Hecht e Cockburn 1989; Shipton e Goheen 1992; Nelson 1995; Feder 1996:1).

Geralmente pensamos em acesso aos mercados como a capacidade que indivíduos ou grupos têm de ganhar, controlar ou manter relações de troca. Os mercados também afetam o acesso aos benefícios das coisas em diferentes escalas e de várias maneiras mais sutis e indiretas. Os valores de um recurso podem variar quando eles são transformados em commodities, ou quando os comerciantes – nacionais ou globais – ou agentes do Estado começam a extrair esse recurso, o que pode afetar os direitos de propriedade (Appadurai, 1986; Watts 1983; Runge et al, 2000). Candlenut – uma árvore nativa de Kalimantan Ocidental cresce em florestas secundárias, mas raramente é utilizada por moradores locais. Quando Javaneses e Madureses migraram para a região, um mercado para o produto surgiu, uma vez que a árvore faz parte da sua culinária. Logo depois, os moradores da região começaram a restringir o acesso de outras pessoas às suas áreas de pouso. Em outras palavras, eles criaram direitos de propriedade para um novo recurso por causa de seu status emergente de commodity.

Forças de mercado mais amplas – oferta e demanda – e sua influência sobre os preços também moldam a distribuição de lucros. Essas forças nem sempre estão sob controle de agentes identificáveis. Quando o preço afeta a forma como um indivíduo pode lucrar com a venda de

seu produto ou do acesso a ele, a análise de acesso deve buscar identificar as origens do preço e perguntar se ele foi fixado pelo Estado, estabelecido individualmente ou em conluio por comerciantes, ou determinado pela interseção de padrões mais amplos de oferta (talvez em função da produção) e de demanda (talvez em função da necessidade, da renda disponível, da riqueza, etc.) Este é um método que consiste em localizar empiricamente uma instância específica de acesso dentro de um contexto político-econômico e histórico maior.

O acesso ao trabalho e a oportunidades de trabalho também afeta quem pode se beneficiar dos recursos. Aqueles que *controlam* o acesso ao trabalho podem se beneficiar de um recurso em qualquer fase que demande mão de obra ao longo da vida desse recurso ou dos produtos dele derivados. (Appadurai, 1986). Um ator que controla as oportunidades de trabalho também pode se beneficiar dos recursos. Isso porque eles podem utilizar essas oportunidades como favores, uma ferramenta de clientelismo (Hart, 1986; Peluso 1992b). Eles podem também usar sua capacidade de controle para negociar salários mais baixos quando as oportunidades são escassas (Shiva et al 1982; Fortmann 1988a, 1988b; Carney e Watts, 1990). Escassez e excedentes de mão de obra podem afetar a parte relativa dos benefícios oriundos dos recursos que é capturada por aqueles que controlam o trabalho, aqueles que controlam o acesso a oportunidades de trabalho, e aqueles que desejam manter seu acesso a essas oportunidades.

O acesso a oportunidades de trabalho inclui a capacidade de trabalhar para si e para manter o acesso a oportunidades de se trabalhar para os outros. Mesmo que alguém não tenha acesso a um recurso por meio de direitos de propriedade, nem tenha capital para comprar tecnologia ou tampouco oportunidades de se envolver em transações comerciais que lhe dêem direito a um recurso, ele pode ganhar acesso a esse recurso por meio de uma relação de trabalho com quem controla o acesso, ou possui uma licença, ou outro mecanismo de acesso baseado no mercado. Os trabalhadores podem, posteriormente, ter que investir em relações sociais com os proprietários ou gerentes dos recursos, a fim de manter o acesso a tanto às oportunidades de trabalho quanto aos próprios recursos (Berry, 1993). Em toda a África, América Latina e Ásia, as relações patrão-cliente têm sido um importante meio tanto para controlar quanto para ter acesso a recursos e oportunidades de trabalho. As economias políticas têm mudado, e em decorrência disso as formas dessas relações e as participações relativas nos benefícios usufruídos por padrões e

clientes também têm mudado (ver Scott 1972, 1976; Deere e de Janvry 1984; Watts 1983; Dauvergne 1995; Vandergeest e Peluso 1995). Por meio do trabalho, os clientes são capazes de adquirir alguns dos benefícios da exploração de um recurso, na forma de um pagamento em dinheiro pelo seu trabalho ou uma porcentagem dos recursos colhidos.

Aqueles que controlam o acesso físico aos recursos podem influenciar quem trabalha na sua extração ou produção. Mas às vezes, quem possui os direitos precisa oferecer uma parte dos benefícios oriundos de seus recursos para atrair os trabalhadores. Sob condições de trabalho escasso, alguns recursos podem acabar não sendo explorados, mesmo que o controlador esteja disposto a fornecer oportunidades de trabalho em condições favoráveis (Scott 1976; Adas 1981). À medida em que as condições de oferta de trabalho mudam, a distribuição dos recursos entre aqueles que controlam o acesso e aqueles que procuram ganhar ou manter o acesso ao trabalho também podem mudar. Assim, seringueiros em Kalimantan Ocidental, na Indonésia, podem receber 70 % do produto de látex de um pequeno proprietário quando eles têm acesso a muitas oportunidades alternativas de trabalho. No entanto, quando a oferta de trabalho é escassa, os seringueiros podem chegar a receber apenas 30 % (Dove 1983; Peluso 1996). Fatores culturais, como as relações de parentesco, também podem afetar os ganhos relativos de proprietários e trabalhadores.

O Controle do acesso ao mercado (discutido anteriormente) pode afetar o controle de oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, a distribuição dos benefícios. Isso é mais evidente em condições de oligop-sônio nas quais os produtores são obrigados – se eles quiserem vender seu produto – a trabalhar e vender para um comprador. Tal controle do mercado põe nas mãos dos compradores o controle dos termos de troca e a maior parte dos lucros tanto dos produtos quanto da mão de obra – mesmo quando os trabalhadores ou outras pessoas têm acesso aos recursos com base no mercado ou em direitos (Bunker, 1985; Schmink e Wood 1987; Hecht e Cockburn 1989; Magagna 1991; Ribot 1990, 1998). Nesse caso, aqueles que controlam os mercados podem alocar as oportunidades de trabalho e de venda. Da mesma forma, o controle do crédito (mencionado acima) também pode afetar o controle do trabalho e da distribuição dos benefícios de um recurso. Quando os trabalhadores necessitam de crédito, como um adiantamento de subsistência para coletar produtos da floresta por longos períodos de tempo, ou de capital para comprar um barco, os credores podem controlar tanto a oferta de

trabalho quanto as oportunidades de trabalho (Bardhan 1980; Padoch 1982; Peluso 1983).

O acesso ao conhecimento é importante na determinação de quem pode se beneficiar de um determinado recurso. Crenças, controles ideológicos e práticas discursivas, bem como sistemas de negociação de significados, moldam todas as formas de acesso (Shipton e Goheen 1992; Peters, 1994). Para alguns recursos, o acesso pode ser determinado por outros fatores que não os ganhos econômicos ou reivindicações de subsistência de fundo moral. Ele serve também a propósitos sociais, políticos e rituais; representam parentesco, relações de poder, ou a harmonia ritual (Peluso 1996). Por exemplo, em algumas partes de Borneu, o fruto do durian tem valor de uso e de troca para os herdeiros das árvores – muitas vezes um conjunto de proprietários que são irmãos ou primos, descendentes das pessoas que plantaram as árvores – mas são reivindicados de outras maneiras por membros das comunidades onde as árvores estão localizadas. Os moradores se recordam de eventos históricos, nomeando essas árvores. As árvores mais velhas também são marcos da localização de antigas casas. Cortar uma árvore de durian requer um ritual em que se reconhecem as reivindicações tanto dos antepassados quanto dos aldeões contemporâneos (Appell n.d.; Sather 1993; Peluso e Padoch, 1996). Uma ética de acesso é igualmente aplicável às demandas dos camponeses sobre os benefícios decorrentes do acesso ao mercado e ao trabalho. No Senegal e em Burkina Faso, por exemplo, produtores florestais de Lenha expressam um sentimento de direito aos lucros realizados por comerciantes de fora que compram, transportam, e revendem a lenha que eles cortam (Ribot 1998; Delnooz 1999).²⁴

O discurso e a capacidade de moldar os termos discursivos influenciam profundamente os marcos de acesso aos recursos. Ao falar de um “bem comum global”, por exemplo, poderosas ONGs internacionais e outros agentes criam categorias universalizantes e naturalizam suas intervenções ao redor do globo em nome da proteção do ambiente. O acesso aos recursos é dessa forma moldado pelo poder de produzir categorias de conhecimento (Foucault, 1978b). Da mesma forma, o status de especialista adquirido por meio do acesso a informações privilegiadas, ensino superior, formação ou aprendizagem especializada, ou até mesmo

24 Tais reivindicações morais encontram ressonância na noção de Locke de que o domínio – como no caso do direito a benefícios – é estabelecido pela mistura do trabalho com os recursos (Locke, 1978).

da capacidade de empregar o valor simbólico decorrente desse status (graus, títulos, etc.), pode dar às pessoas acesso privilegiado a oportunidades de trabalho, adesão a grupos ou associações, ou acesso físico privilegiado aos recursos. O status de especialista também implica uma autoridade que pode permitir que os indivíduos manipulem as crenças dos outros ou as categorias de acesso a recursos e seu uso.

Narrativas “científicas” que ligam as atividades humanas às mudanças ecológicas muitas vezes servem para justificar o controle do Estado sobre os recursos (Peluso 1992b; Rangan 1997; Sivaramakrishnan 1999). Fairhead e Leach (1998:175) argumentam que pedir para que órgãos de gestão florestal abandonem suas narrativas de declínio e crise dos recursos significaria obrigá-los a minar as suas demandas de controle do acesso.

O controle sobre o conhecimento e a informação também tem benefícios diretos. Comerciantes podem mentir aos produtores sobre os preços praticados em mercados urbanos ou internacionais de seus produtos a fim de derrubar os preços pagos aos produtores. Informações sobre as tecnologias podem ser retidas para evitar que os produtores dependentes se tornem independentes de seus patrões (Bardhan 1980; Ribot 1993, 1995). Os detentores de informações técnicas especializadas podem utilizá-las para manter o seu acesso a oportunidades de trabalho ou de renda, quando eles têm a habilidade ou o conhecimento especializado que está sendo demandado como, por exemplo, o conhecimento geográfico de guias locais.

O *Acesso à autoridade* molda a capacidade do indivíduo em se beneficiar dos recursos.²⁵ Como mostrado anteriormente, a lei molda parcialmente o acesso aos recursos, capital, mercado e mão de obra. O acesso privilegiado a indivíduos ou instituições com autoridade para fazer e implementar leis pode influenciar fortemente quem se beneficia do recurso em questão (ver Thompson 1975a; Weber 1978; West 1982; Watts 1983; Thongchai 1994). A mobilização deste tipo de acesso pode ser feita por meio de canais legais, como a requisição de uma licença de acesso, ou via lobby por canais oficiais.

Tanto o acesso legal quanto o ilegal ao Estado e a outras autoridades tende a ser seletivo de acordo com variáveis econômicas e sociais (Ribot 1993, 1995; Robbins 2000; Sturgeon 2000; Doolittle, 2000). Seletividade

25 A autoridade poderia ser categorizada como um tipo de identidade social e o acesso à autoridade como um tipo de relação social. Entretanto, por causa da importância dos poderes socialmente sancionadas ou “autoridades” que aplicam as regras e as decisões relativas aos recursos, nós tratamos autoridade separadamente no acesso aos recursos.

econômica, por exemplo, significa que aqueles sem dinheiro podem não ser capazes de suportar nem mesmo o custo de comunicação com os agentes e funcionários do Estado – podem não ser capazes de tirar um dia de folga para pedalar 60 km para chegar ao escritório de um representante do estado, restringindo assim o seu acesso (Blaikie 1985).

Autoridades legais, costumeiras e convencionais podem também competir ou entrar em conflito, no sentido de ter sobreposição de jurisdições e de autoridade. Essas sobreposições permitem que os indivíduos tirem proveito de suas diferentes identidades sociais para adquirir ou acumular recursos utilizando diferentes noções de acesso legítimo ou de autoridade (como na escolha de foro mencionada acima). Por exemplo, um funcionário do governo pode ter acesso privilegiado às informações sobre a disponibilidade de terras e também ter acesso direto à terra dentro de alguma maneira habitual de alocação. Pode até haver limites para a acumulação de recursos em cada uma dessas instâncias de acesso legítimo. Entretanto, quando tomados em conjunto, todos os recursos disponíveis para os indivíduos bem posicionados socialmente podem exceder os limites de qualquer um deles considerado isoladamente (Moore 1986; Geschiere 1995; Fischer, 1996).

O acesso à autoridade é um importante componente da rede de poderes que permite que as pessoas se beneficiem das coisas. As autoridades são nós nessas redes e representam formas diretas ou indiretas de controle de acesso nas quais vários mecanismos estão agrupados em uma só pessoa ou instituição. As pessoas e os grupos ganham e mantêm o acesso a outros fatores de produção e troca por meio das autoridades.

O *acesso por meio da identidade* social afeta profundamente a distribuição dos benefícios derivados das coisas. O acesso é muitas vezes mediado pela identidade social ou pela filiação a uma comunidade ou grupo, incluindo agrupamentos por idade, sexo, etnia, religião, estado, profissão, local de nascimento, educação, ou outros atributos que constituem a identidade social (Moore 1986; Bullard 1990; Shipton e Goheen 1992; Berry 1989, 1993; Foster 1993; Young 1993; Pulido 1994; Agarwal 1994; Li 2000; Peluso e Vandergeest 2001). Algumas pessoas estão sujeitas à lei, enquanto outros podem ser isentos dela por força do seu status ou por seu pertencimento a algum grupo social baseado na identidade. Frequentemente, em processos de fechamento ou cerco de recursos comuns ou na transformação do uso do solo a partir da mudança de um tipo de modo de produção (ou de proteção) para outro, a identidade tem papel fundamental em determinar quem está

incluído ou excluído dos fluxos de benefícios e deveres relacionados à mudança (Menzies 1988; Thompson 1991). Autoridades não estatais, tais como líderes comunitários, líderes religiosos, ou chefes de aldeia, também podem controlar os recursos e alocar o acesso seletivamente de acordo com critérios de identidade.

O acesso a recursos específicos tais como os direitos de pesca, caça e coleta nos EUA foi negociado com grupos indígenas por meio de tratados, dos quais alguns grupos foram excluídos durante o século XIX (ver, eg, Huntsinger e McCaffrey 1995). Hoje em dia no mundo todo, o discurso sobre “tribos” e grupos “nativos” tornou-se uma tática para as estratégias tanto de inclusão quanto de exclusão. Alguns grupos constituem-se estrategicamente como “povos indígenas”, as suas práticas como “direito consuetudinário”, ou suas terras como “terra tribal”, e ao fazê-lo eles obtêm acesso a ONGs internacionais e nacionais com interesses em tais recursos (Hale 1994; Tsing 1999; Li 1999, 2000). Discursos de identidade concorrentes e a ressurreição, invenção e narrativas repetitivas de histórias podem também funcionar como um meio discursivo de controlar ou manter o acesso (Hobsbawm e Ranger 1983; Fortmann e Fairfax 1985; Ives 1988; Peluso 1993; Ferguson 1994; Escobar 1995; Moore 1993).

Outro exemplo de acesso baseado em identidade se identifica quando os direitos ou reivindicações estão ligados ou explicitamente separados de localidades ou profissões específicas. Os usuários locais muitas vezes são completamente excluídos de áreas protegidas, especialmente se eles têm intenção de explorar recursos daquelas áreas (Ribot 1995; Neumann 1998), embora os ativistas da conservação e do desenvolvimento muitas vezes esperem que os moradores dessas áreas protejam a vida selvagem e seus habitats (Agrawal 2001). Já os cientistas, a maioria dos quais tende a não ser “local” no sentido de moradores dessas regiões, muitas vezes têm acesso privilegiado aos recursos de uma área protegida e podem até extrair ou modificar os recursos nela existentes para alcançar os objetivos de seus trabalhos. Este tipo de acesso se traduz em ou se deriva do acesso ao capital (o dinheiro da concessão) e da autoridade (permissão do governo) e resulta em aumentos de salário, prestígio e poder – incluindo, por vezes, maior acesso ao recurso – para os cientistas em questão. Formas de produção e práticas de conhecimento dos cientistas também têm maior legitimidade nos círculos políticos do que os de “usuários de recursos locais” o que influencia a sua capacidade relativa de manter e controlar o acesso de outros.

Mecanismos de acesso baseado em identidade também afetam e são afetados por mecanismos de acesso ao mercado e mão de obra, bem como pelo acesso baseado em direitos (Watts, 1983; Wilmsen 1989; Hart 1992; Ribot 1993; Leach 1994). As pessoas cujas identidades lhes permitam ter acesso aos mercados podem ser diferentes daquelas que têm acesso à floresta. Mercados, por exemplo, pode ser controlado por um grupo étnico enquanto os direitos de propriedade sobre florestas, recursos pesqueiros, ou terras podem ser controlados por outro grupo, como é frequente no Sudeste da Ásia, na África e na América do Sul (Padoch 1982; Debeer e McDermott 1993; Ribot 1993; Berry, 1994).

Acesso por meio da negociação de outras relações sociais de amizade, confiança, reciprocidade, clientelismo, dependência, e obrigação formam vertentes críticas nas teias de acesso. Como a identidade, as relações sociais são fundamentais para praticamente todos os outros elementos do acesso. Aqui queremos ilustrar algumas maneiras adicionais com que o acesso a múltiplas formas de relações sociais molda o acesso aos recursos.

O trabalho de Sara Berry (1989, 1993) sobre o acesso é central para esta parte do nosso argumento, em particular, suas noções de investimento nas relações sociais, a fim de obter acesso aos recursos. Em sua pesquisa, no Oeste da África, ela explica: "... já que o acesso aos recursos dependia, em parte, da capacidade de negociar com sucesso, as pessoas geralmente investiam nos meios de negociação, bem como nos meios de produção em si" (1993:15). A análise de Berry salienta a importância do desenvolvimento dos laços de base econômica, – além de outras relações baseadas em identidade – como um meio de ser incluído ou excluído de certos tipos de benefícios.

Uma mudança mais ampla da economia-política pode tornar obsoletos alguns tipos de acesso, o que cria novos tipos de relações sociais que precisam ser desenvolvidas a fim de obter, manter ou controlar o acesso aos recursos. Por exemplo, a mudança do gerenciamento de recursos de um nível local para um nível nacional pode exigir que se cultivem novas relações com os gestores designados nacionalmente (Moore 1986). A criação de novas formas burocráticas de gestão também pode fazer com que algumas pessoas tentem empregar seus parentes e conhecidos no órgão a fim de facilitar suas conexões (Berry, 1993). Em suma, todos os mecanismos de acesso que discutimos acima são formas de relações sociais. A compreensão da multiplicidade destas formas de trabalho é fundamental para se compreender as complexidades do acesso aos recursos.

Resumo e Conclusão

Este artigo argumenta que as relações de propriedade constituem apenas um conjunto de mecanismos entre muitos pelo qual as pessoas ganham, controlam e mantêm o acesso aos recursos. Nossa análise se expande além da noção de “conjunto de direitos” de propriedade para uma abordagem de um “conjunto de poderes” de acesso e defende que se deve localizar esses “poderes” dentro dos contextos políticos, sociais e econômicos que moldam a capacidade das pessoas de se beneficiar dos recursos. As categorias que usamos para ilustrar os tipos de relações de poder que podem afetar os mecanismos de acesso baseados em direitos foram: acesso à tecnologia, ao capital, ao mercado, mão de obra, ao conhecimento, à autoridade, à identidade e a relações sociais.

Essas categorias são heurísticas; nenhuma é distinta ou completa. Cada forma de acesso pode permitir, antagonizar, ou complementar outros mecanismos de acesso e resultar em padrões sociais complexos de distribuição dos benefícios. Onde e como essas categorias analíticas se encaixam depende da teia de relações de acesso em que cada uma está incorporada.

Independentemente de como categorizá-los, os vários mecanismos de acesso a recursos formam os fios constitutivos de um conjunto de poderes a partir do qual os benefícios oriundos dos recursos são obtidos ao longo do ciclo de produção, transformação e uso final dos recursos. Alguns agentes nessas teias de relações sociais controlam e mantêm o acesso dominando algum tipo singular ou um grupo de poderes. Alguns agentes juntam os seus poderes, e formam grupos de proprietários, trabalhadores, ou beneficiários que atuam em conjunto para afirmar um maior controle ou para manter o seu acesso aos recursos.

A estrutura de acesso que apresentamos aqui pode ser usada para analisar os conflitos por recursos específicos a fim de entender como os próprios conflitos podem se tornar os meios pelos quais diferentes agentes ganham ou perdem os benefícios gerados por recursos tangíveis e intangíveis. Ao mapear padrões de acesso aos recursos pelos quais os benefícios são derivados, esperamos descobrir que aqueles que controlam algumas formas de acesso podem cooperar ou entrar em conflito com outros – ou fazer as duas coisas em momentos ou dimensões diferentes. Ao se utilizar um modelo tal como o nosso para orientar uma análise fundamentada empiricamente, é importante examinar simultaneamente os contextos mais amplos das relações econômicas e políticas. Políticas,

mercados, tecnologias, conhecimentos e até mesmo identidades, constituem e são constituídos por essas forças sociais mais amplas.

A análise do acesso pode ser focada nos ambientes políticos que permitem e impedem diferentes agentes de ganhar, manter ou controlar o acesso a recursos. Podem também se focar nas microdinâmicas de quem se beneficia com os recursos e como. A análise do acesso situa a propriedade como um entre os vários outros mecanismos que moldam a distribuição de benefícios, a estrutura de incentivos, a eficiência e a equidade no uso dos recursos. Ao fazer isso, ela serve como uma ferramenta para identificar uma gama maior de mecanismos políticos – além da propriedade e outras formas de direitos – que podem afetar mudanças na gestão de recursos e a eficiência, a equidade e a sustentabilidade bo uso de recursos com consequências para o bem-estar, a justiça, o conflito e a cooperação.

Bibliografia

- Adas, M. 1981. "From Avoidance to Confrontation: Peasant Protest in Precolonial Southeast Asia." *Comparative Studies in Society and History* 23:217-247.
- Agarwal, B. 1994. *A Field of One's Own: Gender and Land Rights in South Asia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Agrawal, A. 2001. "State Formation in Community Spaces? Decentralization of Control over Forests in the Kumaon Himalaya, India." *Journal of Asian Studies* 60:9-40.
- Appadurai, A. 1986. *The Social Life of Things: Commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Appell, G.N.D. "Observational Procedures for Land Tenure and Kin Groupings in the Cognatic Societies of Borneo." Unpublished Manuscript available at Sarawak Museum Library, Kuching Sarawak.
- Bardhan, P.K. 1980. "Interlocking Factor Markets and Agrarian Development: A Review of Issues." *Oxford Economic Papers* 32:82-98.
- Barham, B., S.G. Bunker, and D. O'Hearn. 1994. *Raw Materials Industries in Resource Rich Regions*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Baviskar, A. 2001. "Written on the Body, Written on the Land: Violence and Environmental Struggles in Central India." Pp. 354-379 in *Violent Environments*, edited by Nancy Lee Peluso and Michael Watts. Ithaca; London: Cornell University Press.
- Bell, D. 1998. "The Social Relations of Property and Efficiency." Pp. 29-45 in

Property in Economic Context, edited by Robert C. Hunt and Antonio Gilman. Lanham: University Press of America, Monographs in Economic Anthropology, No. 14.

- Berkes, F. 1989. *Common Property Resources, Ecology and Community Based Sustainable Development*. London: Belhaven Press.
- Berry, S. 1988. "Concentration without Privatization? Some consequences of changing patterns of rural Land Control in Africa." Pp. 5375 in *Land and Society in Contemporary Africa*, edited by R.E. Downs and S.P. Reyna. Hanover: University Press of New England.
- Berry, S. 1989. "Social Institutions and Access to Resources." *Africa* 59:41-55.
- Berry, S. 1993. *No Condition is Permanent: The Social Dynamics of Agrarian Change in Sub-Saharan Africa*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Berry, S. 1994. "Resource Access and Management as Historical Processes." Pp. 23-44 in *Access, Control and Management of Natural Resources in Sub-Saharan Africa—Methodological Considerations*, edited by Christian Lund and Henrik Secher Marcussen. International Development Studies, Roskilde University, Denmark.
- Bhagwati, J.N. 1982. "Directly Unproductive, Profit-seeking (DUP) Activities." *Journal of Political Economy* 90(5):988-1002.
- Blaikie, P. 1985. *The Political Economy of Soil Erosion in Developing Countries*. London: Longman.
- Blaikie, P. and H. Brookfield. 1987. *Land Degradation and Society*. London: Methuen.
- Bromley, D.W. and M. Cernia. 1989. "The Management of Common Property Natural Resources." World Bank Discussion Paper No. 57. Washington: The World Bank.
- Bruce, J. 1988. "A Perspective on Indigenous Land Tenure Systems and Land Concentration" Pp. 2352 in *Land and Society in Contemporary Africa*, edited by R.E. Downs and S.P. Reyna. Hanover: University Press of New England.
- Bryant R.L. 1992. "Political Ecology – An Emerging Research Agenda in Third-World Studies," *Political Geography* 11(1):12-36.
- Bullard, R.D. 1990. *Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality*. Boulder: Westview Press.
- Bunker, S. 1985. *Underdeveloping the Amazon*. Chicago University of Illinois Press.
- Burns, P. 1999. *The Leiden Legacy: Concepts of Law in Indonesia*. Jakarta: Pradnya Paramita.
- Carney, J. and M.J. Watts. 1990. "Manufacturing Dissent – Work, Gender and the Politics of Meaning in A Peasant Society." *Africa* 60(2):207-241.

- Christman, J. 1994. *The Myth of Property: Toward An Egalitarian Theory of Ownership*. New York: Oxford University Press.
- Coggins, G.C., C.F. Wilkinson, and J.D. Leshy. 1993. *Federal Public Land and Resources Law*, 3rd Ed. Westbury, NY: Foundation Press. Series Title: University Casebook Series.
- Commons, J.R. 1968 [1924]. *Legal Foundations of Capitalism*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Conyers, D. 2000. "Decentralisation: A Conceptual Analysis." *Local Government Perspectives: News and Views on Local Government in Sub-Saharan Africa* Part I: Vol. 7, No. 3, May 2000, pp.7-9, 13; and Part II: Vol. 7, No. 4, September 2000, pp. 18-24.
- Dauvergne, Peter. 1995. *Shadows in the Forest: Japan and the Politics of Timber in Southeast Asia*. Boston: MIT Press.
- Debeer, J.H. and M. McDermott. 1993. *The Economic Value of Non-Timber Forest Products in Southeast Asia with Emphasis on Indonesia, Malaysia and Thailand*. Amsterdam: Netherlands Committee for IUCN.
- Janvry, A., J. Patteau, G. Gordillo and E. Sadoulet. 2001. "Access to Land and Policy Reforms." Pp. 1-27 in *Access to Land, Rural Poverty and Public Action*, edited by Jean-Phillipe Patteau, Alain de Janvry, Gustavo Gordillo, and Elisabeth Sadoulet. Oxford: Oxford University Press.
- Deere, C.D., and A. de Janvry. 1984. "A Conceptual Framework for the Empirical Analysis of Peasants." Giannini Foundation Paper No. 543. Berkeley: Giannini Foundation.
- Delnooz, P. 1999. *Gestion des Ressources Forestières: La Communauté, L'État et le Marché: Etude de Projets D'Amanégament au Burkina Faso*. Unpublished doctoral dissertation, Fondation Universitaire Luxembourgeoise, Louvain-la-Neuve, Belgium, December 1999.
- Doolittle, A. 2000. *Controlling the Land: Property Rights and Power Struggles in Sabah, Malaysia 1881-1996*. New Haven: Yale University. Ph.D. Dissertation.
- Dove, M.R. 1983. "Swidden Cultivation and the Political Economy of Ignorance." *Agroforestry Systems* 1(1):85-99.
- Dréze, J. and A. Sen. 1989. *Hunger and Public Action*. Oxford: Clarendon.
- Dubash, N.K. 2002. *Tubewell Capitalism: Groundwater Development and Agrarian Change in Gujarat*. New Delhi: Oxford University Press.
- Escobar, A. 1995. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Fairhead, J. and M. Leach. 1998. *Reframing Deforestation: Global Analyses and Local Realities with Studies in West Africa*. London: Routledge.

- Feder, B.J. 1996. "In a Quirky Market for Milk, Consumers and Farmers Lose." Nov. 30, p. 1 in *New York Times*. New York.
- Ferguson, J. 1994. *The Anti-Politics Machine: Development, Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Fischer, W.H. 1996. "Native Amazonians and the Making of the Amazon Wilderness: From Discourse of Riches and Sloth to Underdevelopment." Pp. 166-203 in *Creating the Countryside*, edited by Melanie DuPuis and Peter Vandergeest. Philadelphia: Temple University Press.
- Fortmann, L. 1988a. "The Tree Tenure Factor in Agroforestry." Pp. 16-33 in *Whose Trees? Proprietary Dimensions of Forestry*, edited by Louise Fortman and John Bruce. Boulder: Westview Press.
- Fortmann, L. 1988b. "Great Planting Disasters: Pitfalls in Technical Assistance in Forestry." *Agriculture and Human Values* Winter-Spring:49-60.
- Fortmann, L. 1995. "Talking Claims: Discursive Strategies in Contesting Property." *World Development* 23:1053-1063.
- Fortmann, L.P. and S.K. Fairfax. 1985. "American Forestry Professionalism in the Third World: Some Preliminary Observations on Effects." Pp. 105-108 in *Women Creating Wealth*, edited by Rita S.Gallin and Anita Spring. Washington, DC: Association for Women in Development.
- Fortmann, L. and J.W. Bruce (eds.). 1988. *Whose Trees?: Proprietary Dimensions of Forestry*. Boulder: Westview Press.
- Foster, S. 1993. "Race(ial) Matters: The Quest for Environmental Justice." *Ecology Law Quarterly* 20:721-753.
- Foucault, M. 1978a. "On Governmentality, Lecture at the College de France." Pp. 87-104 in *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*, edited by Graham Burchell, Colin Gordon, and Peter Miller. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- Foucault, M. 1978b. "Right of Death and Power over Life." From *The History of Sexuality, Volume 1: An Introduction*, translated by Robert Hurley and excerpted in *The Foucault Reader*, edited by P. Rabinow [New York: Pantheon, 1984]
- Foucault, M. 1979. *Discipline and Punish*. New York: Vintage.
- Geisler, C. and G. Daneker. 2000. *Property and Values: Alternatives to Public and Private Ownership*. Washington, DC: Island Press.
- Geisler, C. and L. Silberling. 1992. "Extractive Reserves as Alternative Land Reform: Amazonian and Appalachia Compared." *Agriculture and Human Values* 9:58-70.
- Geschiere, P. 1995. "Witchcraft, Modernity and the Art of Getting Rich: Regional

- Variations in South and West Cameroon.” In *World Bank Workshop on Participatory Development*. Washington, DC: The World Bank.
- Ghani, A. 1995. “Production and Reproduction of Property as a Bundle of Powers: Afghanistan 1774-1901.” Draft discussion paper in *Agrarian Studies Program*. New Haven: Yale University.
- Griffiths, J. 1986. “What is Legal Pluralism?” *Journal of Legal Pluralism* 24:1-55.
- Guha, R. 1990. *The Unquiet Woods: Ecological Change and Peasant Resistance in the Indian Himalaya*. Berkeley: University of California Press.
- Gupta, A. 1995. “Blurred Boundaries: The Discourse of Corruption, the Culture of Politics, and the Imagined State.” *American Ethnologist* 22(2):375-402.
- Hale, C.R. 1994. *Resistance and Contradiction: Miskitu Indians and the Nicaraguan State, 1894-1987*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Hall, Stuart. 1980. “Race, Articulation, and Societies Structured in Dominance.” Pp. 305-345 in *Sociological Theories: Race and Colonialism*. Paris: UNESCO.
- Harriss, B. 1984. *State and Market: State Intervention in Agricultural Exchange in a Dry Region of Tamil Nadu, South India*. New Delhi: Concept Publishing Company.
- Hart, G. 1986. *Power, Labor, and Livelihood*. Berkeley: University of California Press.
- Hart, G. 1992. “Household Production Reconsidered: Gender, Labor Conflict, and Technological Change in Malaysia’s Muda Region.” *World Development* 6:809-823.
- Hay, D. 1975. “Poaching and the Game Laws on Cannock Chase.” Pp. 189-253 in *Albion’s Fatal Tree: Crime and Society in Eighteenth-Century England*, by D. Hay, P. Linebaugh, J.G. Rule, E.P. Thompson and C. Winslow. New York: Pantheon.
- Hecht, S. and A. Cockburn. 1989. *The Fate of the Forest: Developers, Destroyers, and Defenders of the Amazon*. London: Verso.
- Hobsbawm, E. and T. Ranger (eds.). 1983. *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hong, E. 1986. *Natives of Sarawak: Survival in Borneo’s Vanishing Forests*. Penang: Institut Masyarakat.
- Hooker, M.B. 1978. *Adat Law in Modern Indonesia*. Kuala Lumpur: Oxford University Press.
- Hunt, R.C. 1998. “Concepts of Property: Introduction of Tradition.” Pp. 3-28 in *Property in Economic Context*, edited by Robert C. Hunt and Antonio Gilman. Lanham: University Press of America, Monographs in Economic Anthropology, No. 14.

- Huntsinger, L. and S. McCaffrey. 1995. "A Forest for the Trees: Euro-American Forest Management and the Yurok Environment, 1850 to 1994." *American Indian Culture and Research Journal* 19(4):155-192.
- Ives, Edward D. 1988. *George Magoon and the Down East Game War: History, Folklore, and the Law*. Urbana : University of Illinois Press.
- Krueger, A.O. 1974. "The Political Economy of Rent-Seeking Society." *The American Economic Review* 64(3):291-303.
- Leach, M. 1994. *Rainforest Relations: Gender and Resource Use Among the Mende of Gola, Sierra Leone*. Washington, DC: Smithsonian Institution.
- Leach, M., R. Mearns and I. Scoones. 1999. "Environmental Entitlements: Dynamics and Institutions in Community-Based Natural Resource Management." *World Development* 27(2):225-47.
- Li, T. 2000. "Articulating Indigenous Identity in Indonesia: Resource Politics and the Tribal Slot." *Comparative Studies in Society and History* 42:149-179.
- Li, T. M. (ed.). 1999. *Transforming the Indonesian Uplands: Marginality, Power, and Production*. Singapore: Harwood Academic Publishers.
- Locke, J. 1978. "Of Property." Pp. 15-27 in C.B. MacPherson (ed.) *Property: Mainstream and Critical Positions*. Toronto: University of Toronto Press. [First published 1704.]
- Lukes, S. 1986. *Power*. New York: New York University Press.
- Lund, C. 1994. "Tinkering Methodology." Pp. 10-22 in *Access, Control and Management of Natural Resources in Sub-Saharan Africa—Methodological Considerations*, edited by Christian Lund and Henrik Secher Marcussen. Denmark: International Development Studies, Roskilde University.
- MacPherson, C.B. 1978. *Property: Mainstream and Critical Positions*. Toronto: University of Toronto Press.
- Magagna, V. 1991. *Communities of Grain: Rural Rebellion in Comparative Perspective*. Ithaca: Cornell University Press.
- Maine, H.S. 1917. *Ancient Law*. Dent, New York: Dutton.
- Mamdani, M. 1996. *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Princeton: Princeton University Press.
- Marx, K. 1964. *Economic and Philosophic Manuscripts of 1844*. New York: International Publishers.
- Marx, K. 1972. *Critique of the Gotha Programme*. Peking: Foreign Languages Press. [Written 1875].
- Marx, K. 1977. "Grundrisse." Pp. 343-387 in *Karl Marx: Selected Writings*, edited by David McLellan. Oxford: Oxford University Press.
- Mayer, J.H. 1996. *Trees vs. Trees: Institutional Dynamics of Indigenous Agroforestry*

- and Industrial Timber in West Kalimantan*. Berkeley: University of California, Berkeley.
- McCay, B., F. Berkes, D. Feeny, and J. Acheson. 1989. "The Benefits of the Commons." *Nature* 340(6229): 91-93.
- Mearns, R. 1995. "Institutions and Natural Resource Management: Access to and Control over Woodfuel in East Africa." Pp. 103-114 in *People and Environment in Africa*. edited by Tony Binns. Chichester: Wiley.
- Meek, C.K. 1938. *Land Law and Custom in the Colonies*. London: Oxford University Press and New York: G. Cumberlege.
- Meinzen-Dick, R.S. and R. Pradhan. 2002. *Legal Pluralism and Dynamic Property Rights*. CGIAR Systemwide Program on Collective Action and Property Rights, International Food Policy Research Institute, Washington, DC, January.
- Menzies, N.K. 1988. "300 Years of Taungya: A Study of Long-Term Stability in an Agroforestry System." *Human Ecology* 16:361-76.
- Moore, D. 1993. Contesting Terrain in Zimbabwe's Eastern Highlands: Political Ecology, Ethnography, and Peasant Resource Struggles. *Economic Geography* 69(4):380-401.
- Moore, S.F. 1986. *Social Facts and Fabrications: "Customary" Law on Kilimanjaro, 1880-1980*. New York: Cambridge University Press.
- Neale, W.C. 1998. "Property: Law, Cotton-pickin' Hands, and Implicit Cultural Imperialism." Pp. 47-66 in *Property in Economic Context*, edited by Robert C. Hunt and Antonio Gilman. Lanham: University Press of America: Monographs in Economic Anthropology, No. 14.
- Nelson, R. 1986. "Private Rights to Government Actions: How Modern Property Rights Evolve." *University of Illinois Law Review* 1986:361-386.
- Nelson, R. 1995. *Public Lands and Private Rights: The Failure of Scientific Management*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- Neumann, R.P. 1998. *Imposing Wilderness: Struggles over Livelihood and Nature Preservation in Africa*. Berkeley: University of California Press.
- Newell, P. 2000. "Access to Environmental Justice: Regulation TNCs Through Litigation, Limits and Possibilities." Draft Paper, Institute of Development Studies, Brighton, U.K., mimeo.
- Nugent, D. 1993. "Property Relations, Production Relations, and Inequality: Anthropology, Political Economy and the Blackfeet." *American Ethnologist* 20(2):336-62.
- Ostrom, E. 1990. *Governing the Commons: The Evolution of the Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Padoch, C. 1982. *Migration and its Alternatives among the Iban of Sarawak*. The Hague: Martinus Nijhoff.
- Peet, R. and M.J. Watts. 1996. "Development Theory And Environment in an Age of Market Triumphalism – Introduction." *Economic Geography* 69(3):227-253.
- Peluso, N.L. 1983. *Markets and Merchants: The Forest Products Trade of East Kalimantan in Historical Perspective*. Ithaca: Cornell University.
- Peluso, N.L. 1992a. "The Ironwood Problem: (Mis-)Management and Development of an Extractive Rainforest Product." *Conservation Biology* 6:210-219.
- Peluso, N.L. 1992b. *Rich Forests, Poor People: Resource Control and Resistance in Java*. Berkeley: University of California Press.
- Peluso, N.L. 1993. "Coercing Conservation: The Politics of State Resource Control." *Global Environmental Change* 3:2 (June):199-218.
- Peluso, N.L. 1995. "Whose Woods are These? Counter-Mapping Forest Territories in Kalimantan, Indonesia." *Antipode* 27(4):383-406.
- Peluso, N. 1996. "Fruit Trees and Family Trees in an Anthropogenic Forest: Ethics of Access, Property Zones, and Environmental Change in Indonesia." *Comparative Studies in Society and History: An International Quarterly* 38:510-548.
- Peluso, N.L. and C. Padoch. 1996. "Resource Rights in Managed Forests of West Kalimantan." Pp.121-136 in *Borneo in Transition: People, Forests, Conservation, and Development*. Kuala Lumpur: Oxford University Press.
- Peluso, N.L. and P. Vandergeest. 2001. "Genealogies of Forest Law and Customary Rights in Indonesia, Malaysia, and Thailand." *Journal of Asian Studies* 60:761-812.
- Peters, P. 1994. "The Erosion of Commons and the Emergence of Property: Problems for Social Analysis." Paper presented to the Society for Economic Anthropology, Notre Dame.
- Polanyi, K. 1944. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston: Beacon Press.
- Porter, A.F. 1967. *Land Administration in Sarawak: An Account of the Development of Land Administration in Sarawak from the Rule of Rajah James Brooke to the Present Time (1841-1967)*. London: A.K. Porter, LLB.
- Potter, L. 1987. "Degradation, Innovation, and Social Welfare in the Riam River Valley, South Kalimantan, Indonesia." Pp. 164-176 in *Land Degradation and Society*, edited by P. Blaikie and H. Brookfield. London: Methuen.
- Proudhon, P. 1993. *What is Property?* Cambridge: Cambridge University Press.
- Pulido, L. 1994. "Restructuring and the Contraction and Expansion of

- Environmental Rights in the United States.” *Environment and Planning* 26:915-936.
- Rangan, H. 1997. “Property vs. Control: The State and Forest Management in the Indian Himalaya.” *Development and Change* 1:71-94.
- Rangan, H. 2000. *Of Myths and Movements: Rewriting Chipko into Himalayan History*. New York: Verso.
- Ribot, J.C. 1990. *Markets, States and Environmental Policy: The Political Economy of Charcoal in Senegal*. Berkeley: University of California Press.
- Ribot, J.C. 1993. “Forestry Policy and Charcoal Production in Senegal.” *Energy Policy* 21:559-585.
- Ribot, J.C. 1995. “From Exclusion to Participation: Turning Senegal’s Forestry Policy Around?” *World Development* 23:1587-99.
- Ribot, J.C. 1998. “Theorizing Access: Forest Profits along Senegals Charcoal Commodity Chain.” *Development and Change* 29:307-41.
- Ribot, J.C. 1999. “Decentralization and Participation in Sahelian Forestry: Legal Instruments of Central Political-Administrative Control.” *Africa* 69:24-64.
- Ribot, J.C. 2000. “Forest Rebellion and Local Authority in Makacoulbantang, Eastern Senegal.” Pp. 134-158 in *People, Plants and Justice*, edited by Charles Zerner. New York: Columbia University Press.
- Robbins, P. 2000. “The Rotten Institution.” *Political Geography* 19(4):423-443.
- Rose, C. 1994. *Property and Persuasion: Essays on the History, Theory and Rhetoric of Ownership*. Boulder: Westview Press.
- Runge, F.C., M.T. Duclos, J.S. Adams, B. Goodwin, J. A. Martin, R.D. Squires, and A.E. Ingerson. 2000. “Public Sector Contributions to Private Land Value: Looking at the Ledger.” Pp. 41-62 in *Property and Values: Alternatives to Public and Private Ownership*, edited by Charles Geisler and Gail Daneker. Washington: Island Press.
- Saberwal, V. 1996. “Pastoral Politics: Gaddi Grazing, Degradation and Biodiversity Conservation in Himachal Pradesh, 1865-1994.” *Conservation Biology* 10:741-49.
- Sather, C. 1993. “Trees and Tree Tenure in Paku Iban Society: The Management of Secondary Forest Resources in a Long-Established Iban Community.” *Borneo Review* 1:16-40.
- Schlager, E. and E. Ostrom. 1992. “Property Rights Regimes and Natural Resources: A Conceptual Analysis.” *Land Economics* 68(3):249-62.
- Schmink, M. and C.H. Wood. 1987. “The Political Ecology of Amazonia.” Pp. 38-57 in *Lands at Risk in the Third World: Local Level Perspectives*, edited by Peter D. Little and Michael M. Horowitz and A. Endre Nyerges. Boulder, CO: Westview Press.

- Schmink, M. and C.H. Wood. 1992. *Contested Frontiers in Amazonia*. New York: Columbia University Press.
- Schwartzman, S. and D.C. Nepstad. 1992. *Non-timber Products from Tropical Forests: Evaluation of a Conservation and Development Strategy. Advances in Economic Botany*. New York: New York Botanical Garden.
- Scott, J.C. 1972. "The Erosion of Patron-Client Bonds and Social Change in Rural Southeast Asia." *Journal of Asian Studies* 23:5-37.
- Scott, J.C. 1976. *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*. New Haven: Yale University Press.
- Sen, A. 1981. *Poverty And Famines: An Essay On Entitlement And Deprivation*. Oxford: Clarendon Press; New York: Oxford University Press.
- Shipton, P. and M. Goheen. 1992. "Understanding African Landholding: Power, Wealth and Meaning." *Africa* 62:307-27.
- Shiva, V., H.C. Sharatchandra, and J. Bandyopadhyay. 1982. "Social Forestry: No Solution in the Market." *The Ecologist* 2:158-168.
- Singer, J.W. 2000. "Property and Social Relations: From Title to Entitlement." Pp. 3-20 in *Property and Values: Alternatives to Public and Private Ownership*, edited by Charles Geisler and Gail Daneker. Washington: Island Press.
- Sivaramakrishnan, K. 1999. *Modern Forests: Statemaking and Environmental Change in Colonial Eastern India*. Stanford: Stanford University Press.
- Sturgeon, J. 2000. *Marginalities on Peripheries: Border Powers, Landscape, in China and Thailand*. New Haven: Yale University Press.
- Sundar, N. 2001. "Beyond the Bounds? Violence at the Margins of New Legal Geographies." Pp. 328-353 in *Violent Environments*, edited by N.L. Peluso and M. Watts. Ithaca, London: Cornell University Press.
- Tawney, R.G. 1978 [1920]. "Property and Creative Work." Pp. 133-51 in *Property: Mainstream and Critical Positions*, edited by C.B. MacPherson. Toronto: University of Toronto Press.
- Thompson E.P. 1975a. *Whigs and Hunters: The Origins of the Black Act*. London: Allen Lane.
- Thompson, E.P. 1975b. The Crime of Anonymity. Pp. 255-344 in *Albion's Fatal Tree: Crime and Society in Eighteenth-Century England*, edited by Douglas Hay, Peter Linebaugh, John G. Rule, E.P. Thompson, and Cal Winslow. New York: Pantheon.
- Thompson, E.P. 1991. *Customs in Common*. New York: New Press, Distributed by W.W. Norton.
- Thongchai, W. 1994. *Siam Mapped*. Honolulu: University of Hawaii Press.
- Tsing, A. 1999. "Becoming a Tribal Elder and Other Green Development

- Fantasies.” Pp. 159-202 in *Transforming the Indonesian Uplands*, edited by Tania Li. London: Harwood Academic Publishers.
- Vandergeest, P. and N.L. Peluso. 1995. “Territorialization and State Power in Thailand.” *Theory and Society: Renewal and Critique in Social Theory* 24:385-426.
- Vandergeest, P. 1996. “Property Rights in Protected Area: Obstacles to Community Involvement as a Solution in Thailand.” *Environmental Conservation* 23(3):259-268.
- Vayda, A.P. 1983. “Progressive Contextualization: Methods for Research in Human Ecology.” *Human Ecology* 11(3):265-281.
- Von Benda-Beckmann, F. 1995. “Property Rights and Common Resources.” Paper presented at the *Agrarian Questions Conference*, Wageningen, The Netherlands.
- Von Benda-Beckmann, K. 1981. “Forum Shopping and Shopping Forums: Dispute Processing in a Minangkabau Village in West Sumatra,” *Journal of Legal Pluralism* 19:117-159.
- Watts, M. 1983. *Silent Violence: Food, Famine and Peasantry in Northern Nigeria*. Berkeley: University of California Press.
- Watts, M. 1987. “Drought, Environment and Food Security: Some Reflections on Peasants, Pastoralists, and Commodification in Dryland West Africa.” Pp. 171-212 in *Drought and Hunger in Africa: Denying Famine a Future*, edited by Michael H. Glantz. Cambridge: Cambridge University Press.
- Watts, M.J. and H. Bohle. 1993. “The Space of Vulnerability: The Causal Structure of Hunger and Famine.” *Progress in Human Geography* 17(1):4368.
- Weber, M. (ed.). 1978. *Economy and Society*. Berkeley: University of California Press.
- West, P. 1982. “Natural Resource Bureaucracy and Rural Poverty: A Study in the Political Sociology of Natural Resources.” Natural Resources Sociology Research Lab, University of Michigan, Ann Arbor.
- Wilmsen, E.N. 1989. *Land Filled with Flies: A Political Economy of the Kalahari*. Chicago: University of Chicago Press.
- Wong, D.S.Y. 1975. *Tenure and Land Dealings in the Malay States*. Singapore: Singapore University Press.
- Young, I.M. 1993. “Social Movements and the Politics of Difference.” Pp. 295-312 in *Key Concepts in Social Theory: Justice*, edited by Milton Fisk. Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press.

